



NÚCLEO REGIONALIZADO "C"

**PRÉDIO ESCOLAR
CEZÁRIO BOAVENTURA JESUS**

**PRÉDIO ESCOLAR
BERNADINO ROSARIO DA SILVA**

**PRÉDIO ESCOLAR
FELIPE DOS SANTOS COSTA**



PPP

Projeto Político Pedagógico
2025

**SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO**



ANGUERA
PREFEITURA MUNICIPAL
Mais Trabalho, Mais Conquistas!







PPP

Projeto Político Pedagógico
2025

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:

Alyne Emanuele Rodrigues Amorim

COMISSÃO COLABORATIVA NUCLEAR ESCOLAR DO PPP:

REPRESENTANTE DA GESTÃO ESCOLAR:

Antonia Iralde dos Santos Silva Santos

REPRESENTANTE DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA:

Marivane Alves dos Santos Simas

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES:

Jeciane dos Santos Costa

Diana da Silva Cardoso

REPRESENTANTE DO CONSELHO ESCOLAR:

Eliene Alves da Cruz

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES DE APOIO:

Jucilene Medeiros Correia

REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS:

Patrícia Damasceno Silva

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Anderson Cerqueira

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Renan Iury Mendes Brito

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. IDENTIFICAÇÃO

1.1.1. Características e Finalidades

1.2. PERFIL IDENTITÁRIO

1.2.1. Função Social: Missão, Visão e Valores

1.2.2. Características e Finalidades

1.3. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE SER HUMANO, SOCIEDADE E CULTURA

2.1. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E ENSINO

2.2. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.3. CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

2.4. A PESQUISA COMO PRINCÍPIO PEDAGÓGICO

2.5. O RESPEITO À DIVERSIDADE

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO E AS AC'S

3.2. A AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

3.3. OS TEMAS INTEGRADORES

3.4. PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR/ALUNO E DA(O) AUXILIAR DE ENSINO

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1. EDUCAÇÃO INFANTIL

4.1.1. Creche

4.1.2. Transição da Creche para a Pré-escola

4.1.3. Pré-escola

4.1.4. Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental

4.2. ENSINO FUNDAMENTAL

4.2.1. Anos Iniciais

4.2.2. Transição do 2º Ano para o 3º Ano

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

5.2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

5.3. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

5.4. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

5.5. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

5.6. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

5.7. A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

6. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

7. A FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO

PROFISSIONAL DOS SERVIDORES

7.1. COMUNICAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA E ESCOLA/COMUNIDADE

**8. DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS



HINO DO MUNICÍPIO DE ANGUERA

Anguera, avanças diariamente,
Com a experiência dos velhos,
Com a vitalidade dos jovens,
Com a união envolvente.

*Salve, salve, salve,
Anguera tradicional!
Salve, salve, salve,
A Bandeira Municipal!*

Construída por braços fortes,
Preservada por espíritos sadios,
Te amaremos até a morte,
Anguera querida do nosso Brasil!

Salve os filhos queridos,
Que nesta terra nasceram!
Salve os bons imigrantes,
Que muito a desenvolveram.

Tua hospitalidade,
Teus verdes e lindos campos,
Têm a bênção da Padroeira,
Que os envolve em suave manto!

Um belo azul te cerca
No alto céu, azul anil,
Tu és independente,
De espírito varonil!

Letra por Gessé Souza Silva e Rodrigues Silva

Melodia por Bernanrdo da Silva

INTRODUÇÃO

Falar do papel social da escola é, antes de tudo, falar de pessoas, de histórias de vida e de territórios que dão sentido ao ato de educar. No contexto do Núcleo Regionalizado C, a escola do/no campo assume a responsabilidade de acolher sujeitos concretos, inseridos em realidades marcadas pelo trabalho, pela cultura local e pelos saberes construídos na convivência comunitária. A educação, nesse cenário, torna-se essencial para a formação humana e cidadã, pois considera o estudante em sua totalidade, respeitando seu modo de viver, pensar e se relacionar com o mundo.

A escola possui um potencial transformador profundo quando se compromete com uma educação humanizada e integral, especialmente na perspectiva da educação em tempo integral. Ao ampliar os tempos, espaços e experiências educativas, a instituição fortalece vínculos, promove aprendizagens significativas e cria oportunidades para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e cultural dos estudantes. Para isso, é fundamental que o currículo dialogue com o cotidiano do campo, valorizando as vivências, os saberes locais e as relações comunitárias, transformando a escola em um espaço de encontro, interação e construção coletiva.

Nesse movimento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) amplia o papel da escola na sociedade ao reafirmar a necessidade de cada instituição construir seu Projeto Político-Pedagógico. O PPP deixa de ser apenas um documento formal e passa a ser um instrumento vivo, que expressa escolhas, princípios e compromissos com uma educação democrática. Diferentemente de práticas autoritárias do passado, em que as decisões eram centralizadas, a escola contemporânea exige diálogo, escuta e participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar.

O Projeto Político-Pedagógico, portanto, é um exercício coletivo de (re)conhecer a escola, seu território e suas necessidades, buscando soluções que fortaleçam a formação integral dos sujeitos. Planejar, nesse sentido, é um ato de cuidado e responsabilidade, que envolve olhar atentamente para a realidade, avaliar práticas, redefinir caminhos e assumir compromissos. A escola, como organismo vivo, precisa constantemente se autoavaliar para garantir que esteja cumprindo seu papel social de formar cidadãos críticos, solidários e conscientes.

Assim, a construção do PPP das escolas do Núcleo Regionalizado C visa mobilizar a comunidade escolar para uma gestão participativa, comprometida com a

educação do campo e com a formação integral em tempo integral. Ao descentralizar o poder e fortalecer a autonomia coletiva, o projeto contribui para a consolidação da identidade da escola e para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Mais do que um documento, o PPP torna-se um instrumento de transformação social, capaz de impulsionar sujeitos a assumirem seu papel na sociedade com responsabilidade, pertencimento e esperança.

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. IDENTIFICAÇÃO

NOME: Prédio Escolar Cezário Boaventura Jesus

ENDEREÇO: Fazenda Tapera

CEP: 44.670-000

MUNICÍPIO: Anguera

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Bahia

LOCALIZAÇÃO: Zona Rural

E-MAIL: nucleo04.anguera@gmail.com

TELEFONE: (75) 3239-6500

CNPJ: 428.8966/0001-27

CÓDIGO INEP/SÉRIE: 29090075

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS:

Educação Inclusiva

Educação do/no Campo

Educação de Jovens e Adultos

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

SÉRIE / TURMA	TURNO	HORÁRIO ENTRADA/SAÍDA
1º ANO	Matutino	07h:40min às 11h:40 Min
2º ANO	Matutino	07h:40min às 11h:40 Min
3º ANO	Integral	07h:40min às 11h:40 Min 13h:05min às 17h:05 Min
4º ANO	Vespertino	13h:05min às 17h:05 Min
5º ANO	Vespertino	13h:05min às 17h:05 Min
Eja – Estagio I	Vespertino	13h:05min às 17h:05 Min
Eja – Estagio II	Vespertino	13h:05min às 17h:05 Min
Eja – Estagio III	Vespertino	13h:05min às 17h:05 Min
Eja – Estagio IV	Vespertino	13h:05min às 17h:05 Min
Eja – Estagio V	Vespertino	13h:05min às 17h:05 Min
Eja – Estagio I	Noturno	18h:30min às 21h:30 Min
Eja – Estagio II	Noturno	18h:30min às 21h:30 Min

Eja – Estagio III	Noturno	18h:30min às 21h:30 Min
Eja – Estagio IV	Noturno	18h:30min às 21h:30 Min
Eja – Estagio V	Noturno	18h:30min às 21h:30 Min

NÚMERO DE TURMAS E NÚMERO DE ESTUDANTES:

SÉRIE / TURMA	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
1º Ano	Matutino	14
2º Ano	Matutino	13
3º Ano	Integral	11
4º Ano	Vespertino	14
5º Ano	Vespertino	08
Eja – Estagio I	Vespertino	02
Eja – Estagio II	Vespertino	03
Eja – Estagio III	Vespertino	08
Eja – Estagio IV	Vespertino	02
Eja – Estagio V	Vespertino	09
Eja – Estagio I	Noturno	01
Eja – Estagio II	Noturno	03
Eja – Estagio III	Noturno	06
Eja – Estagio IV	Noturno	02
Eja – Estagio V	Noturno	12
TOTAL		108

QUADRO DE PROFISSIONAIS

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Antônia Iraíldes Do Santos Silva Santos	Diretora	Especialista
Marivane Alves Dos Santos Simas	Coordenador Pedagógico	Especialista
Ramon Santana Texeira Lima	Coordenador Pedagógico	Mestrado
Eliene Alves Da Cruz	Professora	Nível Superior Completo
Iraci De Santana Teles Nascimento	Professora	Nível Superior Completo
Jaci Silva Santos Costa	Professora	Nível Superior Completo
Suzi Barbosa Da Silva	Professora	Nível Superior Completo
Gisla Silva Soares	Professora	Nível Superior Completo
Jeciane Dos Santos Costa	Professora	Nível Superior Completo

Aline Ferreira De Oliveira	Professora	Nível Superior Completo
Leandro Nascimento De Jesus	Articulador/Professor	Nível Superior Completo
Roseane De Almeida Silva	Professora	Nível Superior Completo
Priscilla De Oliveira Matos	Professora	Nível Superior Completo
Andressa Silva Dos Santos	Professora	Nível Superior Completo
João Victor Lopes Oliveira	Professor	Nível Superior Completo
Elba Micheline Silva Franca Martins	Professor	Nível Superior Completo
Vanessa Araújo Marques	Professor	Nível Superior Completo
Rayane Da Cruz Ramos	Auxiliar Administrativo	Nível Técnico
Ana Claudia Barbosa Pinheiro	Auxiliar Administrativo	Nível Técnico
Siléia Andrade Oliveira	Auxiliar De Classe	Ensino Médio Completo
Adriana Sacramento Silva Paixão	Auxiliar De Classe	Ensino Médio Completo
Regiane Jesus Pires	Auxiliar Educacional	Ensino Médio Completo
Thais Silva Albano	Auxiliar Educacional	Nível Superior Incompleto
Andrea Silvia Cordeiro Da Silva	Merendeira	Ensino Médio Completo
Valdirene Do Nascimento Lopes Silva	Merendeira	Ensino Médio Incompleto
Juscilene Medeiros Correia	Auxiliar De Serviços Gerais	Ensino Médio Incompleto
Graciele De Jesus Silva Pires	Auxiliar De Serviços Gerais	Ensino Médio Completo
Risoneide Ramos Leão	Auxiliar De Serviços Gerais	Ensino Médio Completo
Liliane Lopes De Oliveira	Auxiliar De Serviços Gerais	Ens. Fundamental Incompleto
Marivânia Gonçalves Alves	Auxiliar De Serviços Gerais	Ens. Fundamental Incompleto
Fabiana Ferreira Pereira	Auxiliar De Serviços Gerais	Ens. Médio Incompleto
Aginaldo Santana Da Silva	Auxiliar De Serviços Gerais	Ens. Fundamental Incompleto
Norberto De Andrade Bento	Auxiliar De Serviços Gerais	Ens. Fundamental Incompleto
Roque Bento Pereira	Agente De Portaria	Ens. Fundamental Incompleto
Robenilson Dos Santos Oliveira	Agente De Portaria	Ensino Médio Completo
Marileide Leão Dos Santos	Acom. Transporte Escolar	Ensino Médio Completo

NOME: Prédio Escolar Felipe dos Santos Costa

ENDEREÇO: Fazenda Boa Esperança

CEP: 44.670-000

MUNICIPIO: Anguera

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Bahia

LOCALIZAÇÃO: Zona Rural

E-MAIL: nucleo04.anguera@gmail.com

TELEFONE: (75) 3239-6500

CNPJ: 13607346000102

CÓDIGO INEP/SÉRIE: 29089980

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS:

Educação Inclusiva

Educação do Campo

Educação de Jovens e Adultos

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

SÉRIE / TURMA	TURNO	HORÁRIO ENTRADA/SAÍDA
Grupo 02	Vespertino	13h:05min às 17h:05 Min
Grupo 03	Vespertino	13h:05min às 17h:05 Min
Grupo 04	Matutino	07h:30min às 11h:30 Min
Grupo 05	Matutino	07h:30min às 11h:30 Min
Eja – Estagio I	Noturno	18h:30min às 21h:30 Min
Eja – Estagio III	Noturno	18h:30min às 21h:30 Min
Eja – Estagio III	Noturno	18h:30min às 21h:30 Min
Eja – Estagio IV	Noturno	18h:30min às 21h:30 Min
Eja – Estagio V	Noturno	18h:30min às 21h:30 Min

NÚMERO DE TURMAS E NÚMERO DE ESTUDANTES:

SÉRIE / TURMA	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Grupo 02	Vespertino	06
Grupo 03	Vespertino	13
Grupo 04	Matutino	10
Grupo 05	Matutino	11
Eja – Estagio I	Noturno	09
Eja – Estagio II	Noturno	05
Eja – Estagio III	Noturno	02
Eja – Estagio IV	Noturno	01
Eja – Estagio V	Noturno	02
TOTAL		64

QUADRO DE PROFISSIONAIS

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Antonia Iralde Dos Santos Silva Santos	Diretora	Especialista
Marivane Alves Dos Santos Simas	Coordenador Pedagógico	Especialista
Ramon Santana Texeira Lima	Coordenador Pedagógico	Mestrado
Ana Maria Cordeiro Santos	Professora	Nível Superior Completo
Ada Valeria Silva Almeida	Professora	Nível Superior Completo
Adriana Carvalho Dos Santos	Professora	Nível Superior Completo
Midiã Cardoso Bispo Conceição	Professora	Nível Superior Incompleto
Rita De Cássia Silva Santos Assis	Professora	Magistério
Wiliane Da Silva Cruz	Auxiliar De Classe	Nível Técnico
Lara Santos Pereira	Auxiliar De Classe	Ensino Médio Completo
Joice Késsia Almeida Andrade	Auxiliar De Classe	Ensino Médio Completo
Ivanise Ferreira Ramos	Auxiliar De Classe	Ensino Médio Completo
Nilza Maria Pereira Santos	Merendeira	Ens. Fundamental Incompleto
Jaciara Lemos De Andrade	Auxiliar De Serviços Gerais	Ens. Fundamental Incompleto
Luciana Dos Santos Ribeiro	Auxiliar De Serviços Gerais	Ens. Fundamental Incompleto

NOME: Prédio Escolar Bernardino Rosário da Silva

ENDEREÇO: Fazenda Jenipapo

CEP: 44.670-000

MUNICÍPIO: Anguera

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Bahia

LOCALIZAÇÃO: Zona Rural

E-MAIL: nucleo04.anguera@gmail.com

TELEFONE: (75) 3239-6500

CNPJ: 13607346000102

CÓDIGO INEP/SÉRIE: 29090013

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS:

Educação Inclusiva

Educação do Campo

Educação de Jovens e Adultos

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

SÉRIE / TURMA	TURNO	HORÁRIO ENTRADA/SAÍDA
Grupos 02,03 E 04 Mult	Matutino	07h:30min às 11h:30min
Estágio I, II Mult	Vespertino	13h:05min às 17h:05min
Estágio III, IV, V Mult	Vespertino	13h:05min às 17h:05min

NÚMERO DE TURMAS E NÚMERO DE ESTUDANTES:

SÉRIE / TURMA	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Grupo 02	Matutino	01
Grupo 03	Matutino	05
Grupo 04	Matutino	04
Eja – Estagio I	Vespertino	17
Eja – Estagio II	Vespertino	07
Eja – Estagio III	Vespertino	10
Eja – Estagio IV	Vespertino	06
Eja – Estagio V	Vespertino	07
TOTAL		57

QUADRO DE PROFISSIONAIS

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Antonia Iraldes Do Santos Silva Santos	Diretora	Especialista
Marivane Alves Dos Santos Simas	Coord.Pedagógica	Especialista
Ramon Santana Texeira Lima	Coord.Pedagógico	Mestrado
Maria Angelica Carvalho De Freitas Santos	Professora	Nível Superior Completo
Diana Da Silva Cardoso	Professor	Nível Superior Incompleto
Denildes Santa Cruz Silva Regis	Professor	Nível Superior Completo
Elenice Lopes Lima Costa	Auxiliar De Classe	Ensino Médio Completo
Dalva Da Cruz Pereira	Merendeira	Ens. Fundamental Incompleto
Filomena Oliveira Silva	Merendeira	Ens. Fundamental Incompleto
Domingos Silva Santa Cruz Bento	Porteiro	Ens. Fundamental Incompleto

1.1. PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1. Função social: Missão, Visão e Valores

Em consonância com o papel social das nossas instituições de ensino, bem como sua localização, ou seja, na zona rural almejamos a oferta de uma educação que contemple as necessidades dos sujeitos do campo e a formulação de um currículo condizente com sua realidade e especificidades. Que leve em consideração o contexto social, histórico, cultural e local dos nossos estudantes, respeitando suas demandas e anseios, buscando formar sujeitos os quais valorizem suas origens.

Desse modo, seguimos articulando movimentos internos (por meio de projetos, formações, sequências didáticas, debates etc.) que venham de fato promover uma educação do campo e para o campo. Almejamos que esse movimento possa incluir alguns processos teórico-metodológicos que fomentem os direcionamentos dos nossos alunos, tanto no âmbito da valorização cultural quanto intelectual, fazendo com que os mesmos se tornem autores de suas próprias conquistas.

Nossas escolas atuam em prol do desenvolvimento pleno do aluno de forma integral, promovendo ações que promova a preparação do aluno do campo. Para que tenha uma compreensão do contexto sócio-histórico em que está inserido, propiciando

um repensar da sua realidade de forma a perceber a importância dos habitantes do campo na sustentação da sua identidade e potencializando a cultura para que possam construir uma base sólida e firmar seu espaço.

A **missão** das escolas do Núcleo Regionalizado C, pauta-se na promoção de um espaço que faça resplandecer a esperança, no sentido de construção coletiva de um futuro melhor por meio das relações humanizadas, exercitando a empatia, o respeito mútuo, considerando a realidade do educando. Para Libâneo (2001, p. 85), “[...] a escola precisa deixar de ser meramente uma agência transmissora de informação e transformar-se num lugar de análises críticas e produção da informação, onde o conhecimento possibilita a atribuição de significados à informação [...]”.

Nesse sentido, nossa incumbência é desenvolver plenamente o ser humano em suas potencialidades físicas, cognitiva, afetiva, crítico-reflexivo, promovendo sua autonomia, tornando-os sujeitos conscientes de seu papel na sociedade, interagindo como outro e o meio em que vivem.

Temos como **visão** a promoção de uma educação que se torne referência no município pela qualidade de ensino que ministramos pela forma como acolhemos a comunidade escolar e a competência profissional de nossa equipe, buscando sempre o bem estar e a formação integral do sujeito através de uma educação humanizada, tanto no conhecimento científico como no conhecimento de mundo, assim como nas construções de valores e prática da cidadania.

Diante da relevância dos **valores** que norteiam o funcionamento das nossas escolas buscamos incansavelmente potencializar o aprendizado com base na promoção do respeito, pois acreditamos que este é o elemento chave para o desenvolvimento dos demais princípios éticos e morais.

Neste sentido, levando em consideração o contexto social em que estão inseridas as famílias dos nossos alunos, a escola promove ações educativas que visam à formação não apenas dos educandos, mas dos próprios responsáveis que são carentes de instruções adequadas para orientar e acompanhar, tanto a formação escolar quanto o social das crianças.

Dessa forma, a escola busca formar alunos multiplicadores de valores que se iniciam no âmbito escolar, exaltando o respeito aos colaboradores, professores, colegas de classes e posteriormente deságuam na família e na comunidade.



1.1.2. Características e finalidades

As comunidades: Chapada, Tapera, Boa Esperança, Candealinho, Genipapo, Carro Quebrado, são constituídas por famílias de baixo poder aquisitivo. A maioria dos pais cursou apenas as séries iniciais do ensino fundamental. O público das escolas é formado por filhos de agricultores, criadores de animais de pequeno porte, e autônomos. As residências dos alunos, em sua maioria, ficam distantes da escola, por isso, temos o transporte escolar para transportar os estudantes para a escola mais próxima.

Sobre lazer, o esporte preferido dos alunos é futebol, montaria, pescas que é o forte das comunidades próximas. Devido à falta de atividades prazerosas no cotidiano das comunidades, os próprios cidadãos Anguerenses organizam as montarias, cavalgadas, torneios de futebol e outros esportes. Em contrapartida, os problemas sociais mais frequentes nas comunidades é o alcoolismo, drogas e a falta de emprego, ou seja, a maioria das pessoas não tem formação para assumir as vagas

disponibilizadas no mercado do trabalho. A população local, até então passiva, começou a modificar sua postura de cidadão, participando, ainda que timidamente do processo educacional de seus filhos, a partir da adoção da gestão democrática.

Partindo desta ideia, a gestão atual das escolas do Núcleo regionalizado C é democrática e tem estimulado a participação, através do diálogo individual e coletivo, dando exemplos de atitudes e ações democráticas. No entanto, uma participação tímida não é suficiente para garantir a prática de tal gestão. A educação é essencial para a vida do ser humano, por isto, a comunidade deve ser atuante para descobrir as situações e problemas que dificultam o avanço no desenvolvimento do educando e colaborar para diminuir ou sanar tais dificuldades.

1.2. LINHA DO TEMPO: HISTÓRIA INSTITUCIONAL

Resgatar em partes a identidade das instituições escolares, também foi um resgate histórico da cultura, da vida de pessoas que pertencem à comunidade onde as escolas estão localizadas. Com isso, podemos entender os fatos atuais e ter base para construção novos conhecimentos. Assim, apresentamos a história das unidades escolares do Núcleo Regionalizados C.

Inicialmente no ano de 1986 segundo relatos do ex-aluno (Daniel Borges), funcionários e populares, iniciaram o processo de ensino-aprendizagem na residência do senhor Raimundo Boaventura Costa. Devido à distância em relação à área urbana do município de Anguera, a maioria das crianças ficava sem iniciar os seus estudos no tempo ideal, pois as pessoas não tinham condições de deslocar-se até a escola na sede ou até mesmo para escola mais próxima que fica no distrito de Bonfim de Feira.

O **Prédio Escolar Felipe dos Santos Costa** foi fundado no mandato do Prefeito Armando Sofia Brandão no ano de 1987. Como outras tantas unidades escolares na zona rural, nasceu da necessidade de educar as muitas crianças que estavam em fase escolar e não tinham espaço formal para o aprendizado. Houve, por muito tempo, mobilização da comunidade para que fosse atendida com uma unidade escolar. Sensibilizado com a situação e sentindo-se na obrigação de contribuir para a educação daquelas crianças, o senhor Raimundo Boaventura Costa resolveu doar o terreno para a prefeitura construir a escola.

O prefeito da época o senhor, Armando Sofia Brandão, com os recursos municipais construiu e nomeou com nome Escola Felipe dos Santos Costa para homenagear o pai doador do terreno e ofereceu a comunidade da Boa Esperança e seu entorno. A escola passou por reforma em 2024 com a ampliação de salas, restauração do telhado, forro em toda escola, pisos, instalação elétrica e de água, cimentação de uma parte do pátio, substituição por portas e janelas de vidro.

O **Prédio Escolar Bernardino Rosário da Silva** localizado na Fazenda Genipapo s/nº, Anguera – BA, foi fundado no mandato do Prefeito José Wood Mendes Vieira, em março de 1981, recebendo este nome homenageando o pai do doador do terreno o Sr. Sisínio da Santa Cruz Silva. Iniciou suas atividades funcionando com 01 sala de aula, o curso de Alfabetização e Fundamental de 1ª a 4ª série.

A escola era um anseio da comunidade, já que na região não havia escolas e, devido esta falta, a Senhora Filomena da Santa Cruz Silva, moradora até hoje na região, concedeu o espaço e ministrava aulas em sua residência. No entanto, o local não estava sendo mais suficiente para suprir à demanda, havendo necessidade de construção da escola para atender à comunidade local. Foi nesse impasse que nasceu a escola.

Atualmente, a escola passou por melhoria na sua estrutura com: forro da sala de aula, construção de uma nova cisterna, além da reconstrução do muro em seu entorno.

O **Prédio Escolar Cezário Boaventura Jesus** fica localizado na Fazenda Tapera, no Contorno de Bonfim. Na época a comunidade desejava uma instituição de ensino para que os filhos pudessem participar das aulas sem ter que se deslocarem para outra escola que era distante e isso causava bastante falta de estímulo e baixa frequência das crianças por conta da dificuldade de transporte.

Segundo o Sr. Orlando Correia dos Santos, lavrador, morador da fazenda Tapera do Município de Anguera, relatou que em 4 de março do ano de 1989 o Prefeito da época Cornélio Boaventura de Lima, comprou o terreno do morador Armando Santana Ramos e ainda na gestão vigente foi inaugurado o Prédio Escolar Cezário Boaventura Jesus, que recebeu este nome em homenagem ao pai do prefeito.

A escola passou por reforma onde foi construído: um almoxarifado, cobertura de uma área que fica no fundo, construção de dois banheiros, forro das dependências da escola, substituição das portas da sala e troca de piso de toda escola. E atualmente, a escola funciona nos 3 turnos.

1.3. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (INTERNA E EXTERNA)

A avaliação institucional é um instrumento o qual busca mostrar como os processos educacionais estão sendo construídos em todas as instâncias, sempre buscando uma visão global de como a educação se desenvolve, é um instrumento fundamental para o entendimento de como a educação acontece numa perspectiva de longa e de larga abrangência.

O objetivo da avaliação de larga escala é o direcionamento para organizar as ações e medidas através dos instrumentos de avaliação feitas para melhorar o processo de tomada de decisão, visando o desenvolvimento de mecanismos que venham potencializar a educação ofertada.

Neste sentido, não basta avaliar somente o sistema de ensino, mas também a escola, pois os resultados da avaliação de larga escala devem ser compreendidos, analisados e utilizados pelas instituições escolares para construir ações, aliado ao planejamento, almejando sanar ou diminuir os aspectos notados no diagnóstico que evidenciem as lacunas no funcionamento da unidade educativa.

Sendo assim, a avaliação institucional é o mecanismo avaliativo que ocorre no âmbito das instituições, podendo ocorrer tanto em uma dimensão externa quanto interna, ou seja, se compreendem a avaliação externa, os elementos externos que estão fora da escola; avaliação interna é aquele que está dentro da escola, toda comunidade escolar com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, institucional, fazer autoavaliação.

Logo, este é o momento de entender e analisar como a instituição escolar faz a educação, o trabalho que ela pretende desenvolver, bem como aquilo que pretende alcançar, possibilitando a gestão da escola e a todos os colaboradores o planejar de novos objetivos, não somente na perspectiva presente, mas também futura, mostrando qual a escola que se pretende construir.

Essa avaliação, também chamada de administrativa, visa à obtenção de dados quantitativos e qualitativos sobre os alunos, professores, a estrutura organizacional, os recursos físicos e materiais, as práticas de gestão, a produtividade dos alunos e dos professores.

Neste sentido, o IDEB é um condutor de política pública que busca melhorar a qualidade da educação. Ele é um recurso que auxilia no monitoramento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica.

O IDEB é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (SAEB) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Segue o Ideb do Prédio Escolar Cezário Boaventura Jesus no ano 2019.



Fonte: novo.qedu.org.br/municipio/2901502-anguerahttps://novo.qedu.org.br/escola/29090075-predio-escolar-cezario-boaventura-de-jesus/idebb

Nos anos seguintes não houve o número de alunos suficientes nas turmas do quinto ano para aplicar o SAEB, existe um número mínimo estipulado pelo MEC para a aplicação da mesma, portanto não temos números oficiais registrados de índices de desenvolvimento para as escolas que fazem parte do Núcleo Regionalizado C.

Em 2025, as escolas públicas de Anguera participaram da prova do Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE), uma avaliação externa aplicada pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC) que ocorre todos os anos com o objetivo de mensurar o desempenho dos estudantes da educação básica nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

Essa avaliação faz parte de um sistema mais amplo de acompanhamento da aprendizagem dos alunos da rede estadual e municipal e está alinhada com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para garantir que os conhecimentos essenciais definidos para cada etapa da escolaridade sejam verificados de forma padronizada em todo o estado.

A finalidade principal do SABE é fornecer informações consistentes e periódicas sobre a situação do ensino e da aprendizagem nos municípios baianos, permitindo que gestores, professores e secretarias de educação identifiquem forças e desafios no processo educacional, comparem resultados entre escolas e regiões, e planejem políticas pedagógicas e ações de melhoria de forma mais precisa.

Também no ano de 2025, o município de Anguera realizou com destaque a 4ª edição da OBMEP Mirim, a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas para os anos iniciais (do 2º ao 5º ano). 11 escolas da Rede Municipal de Ensino participaram da etapa local, entre elas o Núcleo Regionalizado C, envolvendo de forma ampla e entusiasmada os estudantes dessa faixa etária.

A 2ª fase da OBMEP Mirim, realizada em 11 de novembro de 2025, mobilizou 98 alunos classificados na etapa anterior, que se destacaram nas provas de raciocínio lógico e competências matemáticas, sob acompanhamento de professores e coordenadores pedagógicos.

A OBMEP Mirim tem como objetivo incentivar o interesse pela Matemática desde os primeiros anos, estimular o raciocínio lógico, fortalecer a aprendizagem significativa e valorizar a dedicação dos alunos por meio de desafios que ampliam sua confiança e seu gosto pelo conhecimento.

Esse projeto consolidou-se como uma ação pedagógica importante para o currículo do Núcleo Regionalizado C, conectando os eixos da BNCC com práticas avaliativas e celebrativas, promovendo uma cultura escolar que valoriza a matemática de forma lúdica, criativa e integrada ao cotidiano dos estudantes.

O município também realizou nesse corrente ano a Avaliação SIGA (Sistema Integrado de Gestão da Avaliação) como parte do acompanhamento contínuo da aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino. As provas foram aplicadas no dia 29 de maio para os alunos do 5º e 9º ano, com o objetivo de diagnosticar o desempenho dos estudantes nos descritores de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, proporcionando indicadores que orientem ajustes imediatos no planejamento pedagógico e no trabalho em sala de aula.

A Avaliação SIGA é uma avaliação interna consolidada na política de acompanhamento educacional da rede, cuja finalidade é verificar os níveis de aprendizagem, identificar pontos fortes e dificuldades, e subsidiar intervenções pedagógicas contextualizadas e eficazes. Os resultados dessa avaliação permitem que gestores e professores tomem decisões mais assertivas sobre os objetos do conhecimento que precisam de reforço e adaptem suas práticas às necessidades reais dos estudantes.

Essa avaliação dialoga com as diretrizes da BNCC e consequentemente do Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), pois busca garantir

aprendizagens essenciais e promover o desenvolvimento integral dos alunos, articulando avaliação, ensino e currículo de maneira contínua e formativa.

A utilização dos dados do SIGA no planejamento pedagógico fortalece a cultura de monitoramento da aprendizagem no Núcleo Regionalizado C, contribuindo para uma educação mais equitativa, contextualizada e orientada pela realidade das turmas e das comunidades escolares.

2. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE SER HUMANO, SOCIEDADE E CULTURA

O Ser humano é dotado de conhecimentos que precisa ser estimulado para ter consciência da sua potencialidade e se perceber como sujeito capaz de transformar a si próprio e o meio em que está inserido e consequentemente a sociedade. Neste sentido, o processo educacional oferecido pelas nossas escolas deve ser pautado no desenvolvimento do aluno nas dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural, com estratégias que venham desenvolver competências, habilidades, valores e atitudes, ou seja, capacidade de aplicar tais conhecimentos na prática diária no aluno.

Compreendemos a **sociedade** e **cultura** como um conjunto de indivíduos que convivem em determinado espaço, que partilham valores culturais e éticos e obedecem ao mesmo regime político e econômico.

Por isto, a concepção de cultura para as escolas do Núcleo C, é buscar a cada dia mobilizar a comunidade escolar para a valorização deste modelo comportamental, que apresentam um conjunto de saberes, crenças e costumes das pessoas que vivem nas comunidades onde as nossas escolas estão inseridas, e que estes são transmitidos através da comunicação ou reprodução de geração em geração. Logo a (re) construção do PPP assim com os documentos DCRM E DCRB, devem ter as concepções elencadas sobre os desejos que a comunidade escolar almeja alcançar.

2.1. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E ENSINO

A Concepção Institucional de Educação Integral das escolas que compõem o Núcleo Regionalizado C parte do entendimento de que educar é promover o desenvolvimento pleno dos estudantes em suas dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural.

A escola é concebida como espaço formativo ampliado, que articula ensino, cuidado, convivência e aprendizagem significativa, respeitando as especificidades dos alunos do Grupo 2 da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental, bem como da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O ensino, nesse contexto, é intencional, contínuo e orientado por práticas pedagógicas que valorizam o protagonismo, a inclusão e a diversidade de trajetórias de aprendizagem, considerando as fases do desenvolvimento infantil, as necessidades da infância e as experiências de vida dos estudantes jovens, adultos e idosos da EJA.

O Núcleo Regionalizado C reconhece como fundamentais para a efetivação da educação integral as iniciativas estruturantes promovidas pela Secretaria Municipal de Educação de Anguera, entre as quais se destacam a Feira do Conhecimento, os Jogos Escolares e o Concurso Escrita Criativa.

A Feira do Conhecimento, realizada anualmente desde 2014, constitui um espaço de socialização das experiências pedagógicas desenvolvidas ao longo do ano, promovendo a integração entre estudantes, professores, famílias e comunidade. Nesse evento, os alunos apresentam projetos e produções científicas, artísticas e culturais, fortalecendo o protagonismo estudantil, o pensamento investigativo e a articulação entre saberes escolares e o contexto sociocultural do município. Núcleo regionalizado C

No ano de 2025, o stand apresentou as ações do projeto “Leitura em Cada Canto”, destacando práticas criativas de leitura e escrita, a valorização dos saberes do homem do campo, a importância da preservação do meio ambiente, o papel da ludicidade no processo de ensino-aprendizagem, um gráfico sobre a intervenção realizada no ambiente escolar referente à alimentação saudável e o desenvolvimento de habilidades por meio do Mercado Pedagógico.

LEITURA EM CADA CANTO



ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL



MERCADO PEDAGÓGICO



Os Jogos Escolares, implantados em 2016, configuram-se como ação estratégica para o desenvolvimento integral ao valorizar o esporte e a educação física como práticas educativas que promovem socialização, respeito às diferenças, disciplina, cooperação e hábitos de vida saudável. Essa iniciativa contribui diretamente para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais essenciais à formação dos estudantes em todas as etapas atendidas pelo Núcleo.



JOGOS ESCOLARES



Concurso Escrita Criativa, que substituiu o tradicional concurso de redação, integra as ações voltadas ao fortalecimento da leitura, da escrita e do letramento, abrangendo do Ensino Fundamental à EJA. A proposta incentiva à produção textual em diferentes gêneros, estimulando a expressão, o pensamento crítico e a ampliação do repertório linguístico dos estudantes, respeitando seus contextos e experiências.

Essas iniciativas consolidam uma prática pedagógica alinhada à Educação Integral, fortalecem o currículo das escolas do Núcleo Regionalizado C e reafirmam o compromisso com uma educação pública inclusiva, contextualizada e socialmente referenciada, em consonância com os princípios do Projeto Político-Pedagógico do município.

2.2. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

O currículo escolar é o grande norteador de todo o processo educacional de uma escola, ele organiza e orienta as ações dos professores em diferentes níveis de

ensino, pois a aprendizagem escolar está intrinsecamente vinculada ao currículo. Segundo Arroyo, o currículo pode ser o campo do diálogo pedagógico entre o que se deve aprender e ensinar, sempre considerando a socialização e a formação de pessoas tão diferentes (ARROYO, 2007).

Além disso, acreditamos que o currículo deve considerar os valores que orientam a prática pedagógica, as necessidades e condições dos estudantes, o cotidiano escolar. Ademais, ensinar os valores no âmbito do desenvolvimento moral dos educandos (autonomia, capacidade de convivência, diálogo, dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos, justiça, participação social, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), através da seleção dos objetos de conhecimentos e metodologias que favoreçam a inserção dos temas integradores na sala de aula. Assim usamos a estratégia da realização de projetos interdisciplinares, que irão refletir para além da escola.

A prática educativa, o currículo, os recursos devem ser constantemente avaliados e reorientados para suprir as necessidades de aprendizagens do desenvolvimento do estudante. Diante disso, os professores precisam ter variedade de conhecimentos das múltiplas formas com qual o aluno melhor aprende partindo do seu contexto de vivência, adequar os objetos do conhecimento com a realidade dos alunos, o ensino-aprendizagem deve ajudar a construir a cidadania dos mesmos.

Logo, buscamos centralidade do aluno no processo de ensino-aprendizagem, enquanto o professor deve ser responsável em fazer a mediação, mostrando o caminho da construção do conhecimento, ou seja, o professor auxilia, facilita o processo educacional e, estes saberes precisam se desenvolver a partir da curiosidade do estudante. Por isto as nossas escolas trabalham com as três principais concepções de correntes pedagógicas:

Histórico-Crítica – procuramos confrontar os objetos do conhecimento com as realidades sociais, valorizando o conhecimento histórico que é indispensável para compreender as condições do processo educacional atual e projetar uma prática diferenciada, com clareza de onde estamos e para onde queremos chegar. Preparando o aluno para participar da sociedade como ser operante no contexto social de forma construtiva.

Sócio-Interacionista - acreditamos que o desenvolvimento cognitivo se dá através da interação social, troca de experiência e ideias, utilizando estratégias que

estímulo o aluno a tornar-se independente, a escola um espaço de diálogo, socialização e a construção de novos saberes por meio da mediação do professor.

Crítico-Social - favorece a construção de consciência crítica, confrontando os objetos do conhecimento escolar a realidade do aluno, visando à transformação do indivíduo e consequentemente da sociedade. Nossas escolas buscam valorizar as vivências dos alunos trabalhando com assuntos atrelados a realidade, orientando através das trocas culturais, fazendo análises dos objetos do conhecimento em confronto com a realidade social.

Neste contexto o ensino, a aprendizagem e a avaliação são caminhos a serem percorridos de forma planejados e embasados na BNCC(2018), DCRB (2019), DCRM (2022), levando em consideração as particularidades dos educados; os saberes garantidos no processo de aprendizagem devem considerar experiências e conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico e tecnológico do aluno, por isto, o currículo envolve os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação até os marcos teóricos e referenciais técnicos.

Toda a aprendizagem escolar é um caminho a ser traçado e encontra-se diretamente ligada ao currículo. Portanto, o desenvolvimento do currículo nas escolas deve está aliado ao processo de construção da identidade dos estudantes e às dimensões da vida cidadã como: saúde, sexualidade, trabalho, ciência e tecnologia, linguagens, respeito aos direitos humanos, aos valores democráticos e ao meio ambiente, as atividades artísticas e culturais organizados de tal modo que possa garantir a integração das áreas do conhecimento.

Sendo assim, a escola com trabalho conjunto com a Secretaria de Educação presa pelo acompanhamento assíduo do aprendizado do alunado, orientando sempre para que os planejamentos das aulas sejam pensados seguindo o Plano de Curso, o qual foi articulado pelos docentes da Rede Educacional, levando em consideração todos os fatores necessários para o fazer pedagógico.

2.3. CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática das unidades escolares que compõem o Núcleo C pressupõe a participação ativa e permanente de todos os segmentos da comunidade escolar — gestores, professores, funcionários, estudantes e famílias — na definição,

implementação, acompanhamento e avaliação das políticas e práticas pedagógicas; trata-se de um compromisso institucional que visa assegurar transparência, corresponsabilidade e diálogo permanente entre a escola e o território em que esta se insere.

A escola, atua no atendimento à Educação Infantil, os anos iniciais do Ensino Fundamental e a educação de Jovens e Adultos, configurando-se como espaço educativo de referência para a comunidade rural que atende, o que exige que a governança escolar considere as particularidades dos tempos, saberes e ritmos do campo.

Nessa perspectiva, a gestão democrática se organiza em torno de princípios fundamentais:

(a) **participação coletiva**, mediante a constituição e a sistematização dos conselhos escolares e instâncias consultivas que agreguem representação real das famílias e da comunidade local;

(b) **transparência administrativa**, com publicação periódica de decisões, de planos de ação e de relatórios de execução pedagógica e orçamentária;

(c) **planejamento colegiado** e compartilhado, em que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) seja construído, revisto e avaliado coletivamente;

(d) **articulação com a rede e com as políticas públicas municipais**, garantindo integração entre os programas da Secretaria Municipal de Educação e as demandas territoriais.

Essas ações fortalecem a legitimidade das decisões escolares e ampliam a capacidade da escola de responder contextualmente às necessidades da população. A implementação cotidiana da gestão democrática no Núcleo C exige práticas concretas: convocação regular e registrada de reuniões de conselho escolar com pauta pública; processos claros e acessíveis de prestação de contas; calendário participativo de formação continuada que responda às demandas identificadas coletivamente; e mecanismos de escuta dos estudantes e das famílias, incluindo consultas, e espaços de devolutiva sobre os projetos e resultados da escola.

Tais práticas devem ainda contemplar ações específicas para respeitar os tempos produtivos do campo (safras, eventos comunitários) e favorecer a participação das famílias e alunos que, por vezes, dependem da atividade rural para sua subsistência.

Do ponto de vista pedagógico e ético, a gestão democrática encontra respaldo nos fundamentos da educação libertadora e participativa: Paulo Freire (1970) nos lembra que a educação verdadeiramente democrática exige a escuta e o diálogo com o sujeito educando, e que a prática educativa deve ser concebida como espaço de problematização crítica da realidade — premissa que orienta a consolidação de espaços deliberativos na escola, destinados à construção coletiva de conhecimentos e decisões (FREIRE, 1970).

De maneira complementar, Saviani (2008) destaca o papel da escola na sistematização e socialização do conhecimento historicamente produzido, o que reforça a necessidade de o PPP e as instâncias de gestão articularem currículo, saberes locais e políticas de formação docente, garantindo que as decisões colegiadas se traduzam em práticas educativas sistemáticas e cientificamente orientadas (SAVIANI, 2008). Essas referências embasam a opção por uma gestão que não apenas administra recursos, mas que forma sujeitos críticos e corresponsáveis pela vida escolar.

A gestão democrática da escola do campo também deve priorizar a inclusão e a equidade: tanto na definição de prioridades orçamentárias e de infraestrutura (acesso à alimentação escolar, transporte, acesso digital) quanto na gênese de práticas pedagógicas que valorizem a cultura local, a agroecologia e a economia familiar como objetos do conhecimento legítimos do currículo.

A articulação entre ações administrativas e ação pedagógica — por exemplo, uso dos espaços escolares para feiras, oficinas e formação comunitária — torna a escola um espaço de produção social de saberes e de promoção da cidadania, ampliando o alcance democrático das decisões tomadas no âmbito da gestão.

Finalmente, para que a gestão democrática seja efetiva, a gestão vem adotando a indicação de participativos de avaliação institucional (que incorporem percepções de estudantes e famílias), planos de formação continuada definidos coletivamente e calendários flexíveis que respeitem a realidade do campo; a institucionalização de rotinas de divulgação pública das decisões e de mecanismos formais de responsabilização e reversibilidade das ações escolares.

A consolidação desses procedimentos permitirá que a gestão escolar funcione como prática pedagógica em si — um espaço educativo que forma cidadãos, desenvolve autonomia e fortalece a identidade do território rural, consonante com as diretrizes e projetos implementados pela Secretaria Municipal de Educação.

2.4. A PESQUISA COMO PRINCÍPIO PEDAGÓGICO

A pesquisa com a pretensão pedagógica exige que o professor seja pesquisador, para mediar os alunos no processo do saber pesquisar e aprender, e a partir daí converter o conhecimento científico, os resignificando segundo o seu interesse, produzindo e aplicando-os, como também, socializando os saberes apreendidos. A aprendizagem deve ser construída com seu próprio empenho e operar as searas. Para Demo:

“[...] Se a pesquisa é a razão do ensino, vale o reverso, o ensino é a razão da pesquisa. O importante é compreender que sem pesquisa não há ensino. A ausência da pesquisa degrada o ensino a patamares típicos de reprodução imitativa”. (DEMO, 2006, p.50).

Visto que, as pesquisas são questionamentos recorrentes, toda pesquisa parte de uma pergunta, não é um simples jogo de perguntas e respostas, durante a busca pelas respostas surgem outras perguntas e assim vão gerando uma série de outras indagações que fomentarão a formulação de saberes.

O papel do professor na pesquisa como princípio educativo nas escolas deve ser de orientador, acompanhando e avaliando o processo. O professor precisa ter um olhar atento sobre a pesquisa, refletir sobre suas ações dentro da sala de aula e planejar a mediação. Visto que a construção dos argumentos leva o aluno a repensar o porquê toda a pesquisa parte de uma pergunta e a resposta pode ser um questionamento (re) construtivo e o professor deve estar preparado para mediar e intervir quando for necessário.

Infelizmente, nossas escolas carecem de profissionais do ensino verdadeiramente comprometidos com o viés da pesquisa. Contudo, observamos a relevância da inserção da pesquisa no ambiente educativo como gerador da qualidade do ensino e conseqüentemente da aprendizagem. Sendo assim, a gestão das nossas escolas do Núcleo Regionalizado C desenvolverá ações para fomentar a formação do professor enquanto pesquisador, para que possam se perceber enquanto sujeitos formadores de opiniões e de saberes.

Compreendemos que independente do objeto do conhecimento, a pesquisa como princípio educativo exige que o aluno leia, interprete, colete dados, compare, construa os seus argumentos e assim o mesmo ampliará seu repertório bem como a forma de lidar com os objetos de conhecimento. Além disso, espera-se que os

alunos tenham uma compreensão maior do contexto sócio-histórico no qual estão inseridos ampliando o modo de intervenção desse aluno na sociedade.

Portanto, deve valorizar os conhecimentos prévios dos alunos, trazendo complexidade ao contexto. Dessa forma, que vamos faremos com que o estudante realmente aprenda, pretende-se que aja haja produção, reconstrução, pós nós aprendemos quando tem ação, caso não aja não há ação não haverá aprendizagem. Logo, faz-se necessário refletir sobre as ações que envolvem os princípios da pesquisa dentro espaço escolar, buscando ampliar a autonomia dos educados para que estes possam tornar-se sujeitos da sua própria aprendizagem.

2.5. O RESPEITO À DIVERSIDADE

No contexto social, a diversidade é a convivência de diferentes pessoas em relação à etnia, cultura, gênero etc., em um mesmo local. Portanto, as nossas escolas buscam através de um movimento educativo e respeitoso trabalhar a diversidade no ambiente escolar e fora dele. Buscamos desde a pré-escola, dialogar sobre como somos diferentes e a importância de respeitar e valorizar as diferenças de forma proveitosa para nos conhecermos melhor e ter uma convivência mais harmoniosa.

Neste sentido, a Lei nº 11.645/08, de 10 de março de 2008 torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Esta lei vem fortalecer o respeito à diversidade a partir do momento em que as instituições escolares têm a possibilidades de levar os alunos a conhecer, reconhecer e refletir a formação do povo brasileiro e sua importância na construção do país e para o mundo.

Sendo assim, os professores devem despertar no aluno o sentimento de valorização, empatia, respeito às diferenças físicas e culturais, mostrando que não existe uma pessoa melhor do que outra, mais que somos diferentes, porém todos precisam ser respeitados igualmente.

Infelizmente, dentro do processo educacional alguns profissionais ainda atuam de forma exclusiva e isso influencia negativamente no trabalho educativo. Logo, as nossas escolas reconhecem e procuram exaltar e desenvolver um trabalho direcionado para construção de conhecimento sobre o que é a diversidade e sua importância, para que o aluno seja multiplicador no contexto social. O aluno aprende

e valoriza o que é ensinado dentro do ambiente escolar, sendo capaz de reproduzir o que foi aprendido na sociedade.

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO E AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC'S)

O planejamento pedagógico das instituições que compõem o Núcleo Regionalizado C, constitui-se como o eixo estruturante de toda a prática educativa. Ele deve garantir coerência, continuidade e intencionalidade pedagógica, articulando as diretrizes nacionais, estaduais e municipais — especialmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) e o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) — às realidades socioculturais das comunidades rurais atendidas pelas escolas do campo.

A BNCC estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento para todas as etapas da Educação Básica, definindo competências gerais e habilidades essenciais que devem ser contempladas no planejamento curricular anual e nas práticas docentes. O DCRB, como documento orientador da Bahia, contextualiza essas competências à realidade estadual, orientando progressões, habilidades e objeto de conhecimentos, além de reforçar a necessidade de práticas pedagógicas significativas e contextualizadas.

Já o DCRM de Anguera traduz as diretrizes nacionais e estaduais para o contexto local, especificando sequências de habilidades, orientações metodológicas, expectativas de aprendizagem e formas de avaliação condizentes com a realidade sociocultural do território rural.

Assim, o planejamento pedagógico das escolas do Núcleo C deve se organizar em torno de três princípios centrais:

1. **Alinhamento curricular obrigatório** – Todo planejamento anual, bimestral e semanal deve partir das habilidades previstas na BNCC, identificar suas correspondências no DCRB e seguir as adaptações e orientações do DCRM. O professor deve selecionar intencionalmente conhecimentos essenciais, registrando no plano de ensino as habilidades que orientam cada sequência didática.

2. Contextualização ao território do campo – Embora a BNCC e o DCRB definam aprendizagens estruturantes, o DCRM de Anguera orienta que as práticas pedagógicas incorporem saberes, práticas culturais, processos produtivos e modos de vida do campo. Isso garante que o planejamento não seja apenas normativo, mas também culturalmente relevante e significativo para os estudantes do Núcleo C.

3. Intencionalidade formativa e avaliação contínua – O planejamento pedagógico deve explicitar objetivos formativos coerentes com as habilidades selecionadas, prever estratégias de ensino diversificadas e definir critérios claros de avaliação formativa. A avaliação deve retroalimentar o planejamento, permitindo intervenções imediatas e replanejamento sempre que necessário, conforme orienta o DCRM.

O processo de elaboração do planejamento pedagógico segue um percurso contínuo:

- **Diagnóstico inicial:** levantamento dos níveis de aprendizagem, das condições socioculturais dos estudantes e das particularidades da realidade do campo (acessos, rotinas familiares, calendário agrícola).
- **Seleção das habilidades prioritárias:** identificação das aprendizagens essenciais previstas na BNCC e no DCRB, alinhadas às orientações do DCRM e aos Planos de Curso do município.
- **Definição de metodologias:** priorização de práticas investigativas, metodologias ativas, projetos interdisciplinares e atividades contextualizadas ao campo, em consonância com as diretrizes do DCRM.
- **Organização dos tempos e espaços:** distribuição adequada da carga horária, definição de momentos de intervenção pedagógica e estruturação de ações coletivas, como feiras, oficinas e projetos integradores.
- **Avaliação processual:** monitoramento contínuo das aprendizagens, com registros descritivos, devolutivos e revisão das práticas quando necessário.

É imprescindível que cada professor registre, de forma sistemática, seu plano anual, seus planos bimestrais e suas sequências didáticas, explicitando as habilidades da BNCC que orientam cada etapa do trabalho. Do mesmo modo, a gestão escolar deve assegurar que o planejamento coletivo ocorra regularmente, com análise dos resultados obtidos e com formação continuada alinhada às necessidades curriculares apontadas pelo DCRM.

Nas escolas do campo que compõem o Núcleo C, o planejamento pedagógico assume ainda maior relevância por garantir que a educação do campo esteja integrada ao currículo comum, sem perder suas especificidades culturais, produtivas e identitárias. Dessa forma, as aprendizagens previstas na BNCC e no DCRB ganham sentido concreto por meio da contextualização recomendada pelo DCRM, fortalecendo a formação integral dos estudantes e consolidando a escola como espaço de valorização do território.

O planejamento pedagógico, portanto, não é apenas uma exigência administrativa, mas a base estruturante que orienta o trabalho docente e garante que todas as escolas do Núcleo Regionalizado C promovam aprendizagens essenciais, contextualizadas, equitativas e socialmente relevantes.

3.2. A AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem no Núcleo Regionalizado C é concebida como elemento estratégico, formativo e contínuo do processo educativo, em conformidade com as “Diretrizes para a Avaliação da Aprendizagem e o Rendimento Escolar” da rede municipal de Anguera.

A avaliação deixa de ser entendida como mero registro de notas ou progressão de série para assumir o papel de instrumento de diagnóstico, acompanhamento, intervenção e promoção da equidade, respeitando os diferentes tempos, ritmos e contextos de aprendizagem dos estudantes. Importa ressaltar que a avaliação está articulada com o currículo local, baseado nas competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), adaptadas pelo Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) e pelo Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera (DCRM), garantindo coerência entre os objetivos de aprendizagem e os processos avaliativos.

As diretrizes municipais definem quatro modalidades fundamentais de avaliação que devem compor o processo educativo nas escolas do Núcleo C, cada uma com função específica e complementares: **avaliação diagnóstica; avaliação formativa; avaliação somativa; e avaliação comparativa.**

A **avaliação diagnóstica** é realizada principalmente no início do ano letivo ou de cada etapa, com o objetivo de mapear os conhecimentos prévios, os saberes, as dificuldades e as particularidades dos estudantes — especialmente importante nas comunidades rurais, onde as vivências e experiências de aprendizagem fora da escola

influenciam fortemente o desenvolvimento escolar. Essa avaliação fornece subsídios para o planejamento pedagógico, permitindo que o professor organize sequências didáticas condizentes com a realidade de cada turma.

A **avaliação formativa** é entendida como um processo contínuo de acompanhamento das aprendizagens e do desenvolvimento dos alunos. Por meio de observações diárias, registros de atividades, produções escolares, relatórios, portfólios ou outras estratégias avaliativas qualitativas e quantitativas, o professor identifica avanços e dificuldades e, com isso, replaneja suas ações pedagógicas, adapta o ensino e oferece suporte àqueles que necessitam, promovendo a consolidação do aprendizado e o desenvolvimento integral.

A **avaliação somativa**, por sua vez, consolida os resultados da aprendizagem em momentos determinados — bimestres, semestres ou final de ano — atribuindo conceitos ou notas que compõem o histórico escolar. Ainda assim, mesmo nessa modalidade, a ênfase deve recair sobre o grau de consolidação das aprendizagens previstas na BNCC/DCRB/DCRM, e não apenas sobre o rendimento quantitativo. Isso faz com que a avaliação somativa seja coerente com uma perspectiva formativa e humanizadora da aprendizagem.

A **avaliação comparativa** (ou comparativa de rendimento) permite verificar a progressão dos estudantes ao longo do tempo, comparar turmas ou séries e identificar desigualdades ou lacunas no processo educativo. A partir dos resultados comparativos — internos ou em avaliações externas — a escola e a rede podem definir intervenções, ajustes no currículo, capacitação docente, reforço pedagógico, recuperação e recomposição da aprendizagem.

A recomposição da aprendizagem busca recuperar habilidades ainda não consolidadas pelos alunos. No processo de alfabetização, o foco está no desenvolvimento da leitura, da escrita, oralidade e da consciência fonológica. Com intervenções direcionadas, acompanhamento contínuo e atividades adequadas ao ritmo de cada aluno, é possível fortalecer essas competências e garantir avanços significativos na aprendizagem.

A avaliação deve respeitar os saberes dos estudantes, reconhecer as especificidades culturais e territoriais, permitir flexibilidade de tempo e modalidade, e garantir a equidade. O uso de instrumentos diversificados (observações, portfólios, projetos, relatórios, trabalhos práticos, registros comunitários) deve compor o cotidiano avaliativo, valorizando não apenas o domínio de objetos do conhecimento

formais, mas também o engajamento, o protagonismo, a valorização da cultura local e a capacidade de aplicar conhecimentos ao contexto do campo.

Além disso, a avaliação deve estar articulada com o planejamento pedagógico, servindo como base para (re)planejamento, intervenções pedagógicas e recomposições, sempre com foco na aprendizagem consolidada de todos os alunos, independentemente de sua condição social, geográfica ou econômica. A escola deve garantir que os resultados da avaliação sejam devolvidos à comunidade escolar — estudantes, famílias e corpo docente — promovendo transparência, corresponsabilidade e participação coletiva.

Dessa forma, a avaliação da aprendizagem no Núcleo C não se reduz à mensuração de resultados, mas se constitui como caminho de democratização do ensino, de inclusão, de garantia de direitos e de promoção da aprendizagem significativa, respeitando as orientações da Secretaria Municipal de Educação e os referenciais curriculares vigentes.

3.3. OS TEMAS INTEGRADORES

Os temas integradores perpassam objetivos de aprendizagem de diversos componentes curriculares. São facilitadores da aprendizagem, pois valoriza as vivências dos educandos em suas respectivas realidades, relacionando-se ainda com os objetivos descritos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Segundo Ramos (2012) os Temas Integradores podem contribuir no processo formativo dos alunos da seguinte forma:

Possibilitar as pessoas compreender e materialidade para além de sua aparência fenomênica. Sob essa perspectiva, os conteúdos de ensino não têm fins em si mesmos nem se limitam a insumos para o desenvolvimento competências. Os conteúdos de ensino são conceitos e teorias que constituem sínteses da apropriação histórica da realidade material e social pelo homem. (RAMOS, 2012, p.115).

Sendo assim, em nossas escolas os temas integradores são trabalhados dentro do plano de ensino, promovendo aos alunos a reflexão e o diálogo sobre os diversos conhecimentos, contribuindo com a aprendizagem, a vivência do aluno e estimulando a formação de cidadãos conscientes, críticos que usufruam e contribuam para uma sociedade melhor. Além disso, devemos ter a compreensão que os Temas

Integradores não se dão apenas no currículo do Ensino Fundamental, mas desde a Educação Infantil e deve ocorrer em todas as modalidades de ensino nas diferentes etapas, a exemplo, da Educação de Jovens e Adultos, da Educação Especial, e as demais.

Educação em Direitos Humanos

As escolas do Núcleo Regionalizado C organizam metodologias e estratégias que promovam o acesso do estudante em atividades que preconizam os direitos humanos, com vistas a uma cultura universal do respeito às premissas individuais, coletivas políticas e culturais. Articulando atividades educativas com os temas integradores que valorizem o tempo, espaço e oportunidades educativas, com olhar atento à inclusão de temas como direito de ir e vir, acesso à moradia, renda segurança, enfrentamento a preconceitos, relações desigualdade de gênero, etnia, sexualidade dentre outros.

Desse modo, os professores devem planejar atividades contemplando a educação em direitos humanos, sendo importante ter um diálogo aberto com os alunos a respeito do assunto, através de atividades bem contextualizadas integradas aos componentes curriculares e aos campos de experiências a partir das vivências dos alunos e os documentos que norteiam as práticas tanto pedagógicas quanto de asseguramento dos direitos das crianças e dos adolescentes a exemplo do ECA.

Neste sentido a gestão procura incentivar a comunidade escolar a ter acesso a esses documentos para saber mediar o processo de ensino-aprendizado assegurando o respeito às diferenças, além de levar os alunos a perceber e valorizar a grandeza e importância da diversidade que temos, através de práticas educativas que tratam sobre os direitos humanos, tais como: o diálogo, a empatia, resolução de conflitos e a cooperação.

Sendo assim, temos como base primordial o respeito ao próximo, oportunizando o desenvolvimento das competências sócio - emocionais garantidas na BNCC.

Educação para a Diversidade

A Educação para a Diversidade constitui um dos pilares formativos das escolas do Núcleo Regionalizado C e orienta práticas pedagógicas comprometidas com o

respeito, a equidade e a valorização das identidades socioculturais presentes no território rural de Anguera.

Como tema integrador, ela atravessa todas as áreas do conhecimento e se articula diretamente com os princípios da BNCC, do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) e do Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), reforçando que o processo educativo deve reconhecer e acolher as múltiplas formas de ser, viver, aprender e participar da comunidade escolar.

No contexto do Núcleo C — marcado por tradições familiares, diversidade cultural, modos de vida do campo, relações comunitárias fortes e realidades socioeconômicas distintas — a Educação para a Diversidade assume papel decisivo na promoção da inclusão, da convivência democrática e da superação de desigualdades. O trabalho pedagógico deve considerar as diferenças como riqueza e oportunidade de aprendizagem, abordando questões relacionadas à diversidade étnico-racial, linguística, geracional, territorial, social, religiosa, de gênero e de necessidades específicas.

A Educação para a Diversidade, enquanto tema integrador, deve orientar planejamentos, avaliações, projetos escolares e ações de formação docente. No Núcleo Regionalizado C, ela se materializa no cotidiano escolar por meio de práticas que acolhem, representam e fortalecem os sujeitos do campo, garantindo que a escola seja espaço de reconhecimento, pertencimento e desenvolvimento integral. Dessa forma, contribui-se para a construção de uma cultura escolar inclusiva, humanizadora e coerente com os princípios democráticos da rede municipal de Anguera.

Educação para o Trânsito

As escolas do Núcleo Regionalizado C contribui com o desenvolvimento do indivíduo de forma plena, sendo assim, deve-se criar estratégias prazerosas e educativas, que levem o aluno a refletir sobre a prevenção de acidentes. A Educação para o Trânsito deve despertar no aluno questões diversas e consequentemente no seu seio familiar, onde ele se fará um agente multiplicador de informações, que ressoará no seu cotidiano e não somente no ambiente escolar.

Levamos o nosso alunado a amadurecer a consciência que o trânsito é para ser utilizado por todos com responsabilidade, sendo assim, estaremos respeitando a

vida, o meio ambiente e levando em consideração três aspectos primordiais: conhecimento, prática e conscientização.

Logo, levar o aluno a construir conceitos e valores para a prática da cidadania, compreendendo o seu papel no espaço público como cidadão, através do trabalho educativo com maquetes, nestas são simuladas o trânsito das cidades, usamos as rodas de conversas para dar exemplos rotineiros de cuidados que devemos ter como pedestres, jogos da memória com cartões contendo diferentes tipos de veículos (carro, ônibus, bicicleta, carroça, moto...), trazemos as placas de trânsito (proibido estacionar, animais na pista, lombada, escola). Logo o ato de educar tem o poder de criar hábitos que podem transformar conhecimentos em ações.



Saúde na Escola

As práticas pedagógicas devem desenvolver no aluno habilidades socioemocionais, para isto a comunidade escolar precisa se envolver e analisar essas práticas de ensino que possibilite a percepção do conhecimento como algo que é construído através do diálogo e das vivências.

A temática saúde na escola é importante ser trabalhado no dia a dia no ambiente escolar, seja de forma individual ou coletiva; trabalhando procedimentos e atitudes necessários para garantir uma vida mais saudável, levando sempre em consideração o conhecimento prévio do aluno. Este movimento precisa ser de forma interdisciplinar por meio de aspectos concretos, como por exemplo, a qualidade da merenda, a higiene das dependências, a própria higiene pessoal e outros.

Intenta-se intensificar trabalhos buscando fortalecer o diálogo entre as secretarias, para que esta parceria venha contribuir no movimento que a escola projeta na promoção da saúde. Para isto, precisamos ser pesquisadores, ter um olhar mais preciso e planejado em conjunto com as secretarias de Saúde, Assistência Social e Conselho Tutelar para colaborar em atividades educativas que leve o aluno e a comunidade escolar a desenvolver conhecimentos relacionado ao corpo e a mente tendo um olhar afetuoso e cuidadoso. Esses cuidados também abrangem o corpo docente.



A comunidade escolar das nossas escolas tem com os alunos o compromisso com escuta, sondagem para descobrir os problemas que existem na comunidade

relacionada à saúde como: depressão, fatores de risco como sobrepeso/obesidade e sedentarismo; transtornos mentais; uso abusivo de drogas; doenças do aparelho respiratório; doenças do aparelho cardiovascular; trabalho infantil, doenças infecciosas dentre outras.

Decerto, a saúde é um direito de todos e a escola deve trabalhar com projetos pedagógicos, sequências didáticas com ações para enfrentar problemas sociais que envolvem a vida e saúde dos diferentes sujeitos, promovendo a formação para a cultura da saúde preventiva.

Educação Ambiental

A Educação Ambiental, enquanto tema integrador do currículo municipal, constitui-se como eixo fundamental para a formação cidadã nas escolas do Núcleo Regionalizado C, especialmente por se tratar de instituições situadas no campo, onde a relação direta com a terra, a produção agrícola, os recursos naturais e os modos de vida tradicionais é parte essencial da realidade dos estudantes. Alinhada às diretrizes da BNCC, do DCRB e do DCRM, a Educação Ambiental no Núcleo C deve promover a consciência crítica, a responsabilidade socioambiental e o uso sustentável dos recursos naturais, compreendendo o meio ambiente como patrimônio coletivo e campo de atuação ética.

Nesse sentido, a escola assume papel ativo na construção de valores, atitudes e conhecimentos que permitam aos estudantes compreenderem sua inserção no ecossistema, identificarem problemas ambientais locais e participarem da elaboração de soluções comunitárias. Práticas como manutenção de hortas escolares, cuidados com o solo e a água, preservação da fauna e flora local, reciclagem, compostagem, economia de energia e estudos de campo fortalecem o vínculo entre escola, território e sustentabilidade, valorizando os saberes tradicionais das comunidades rurais.

A Secretaria Municipal de Educação institui, no seu calendário anual, a Semana do Meio Ambiente, que deve ser vivenciada por todas as escolas do Núcleo C como momento formativo e mobilizador. Durante essa semana, são recomendadas ações como mutirões ecológicos, palestras, feiras temáticas, exposições de trabalhos, trilhas educativas, plantio de mudas, debates sobre preservação e atividades interdisciplinares que envolvam famílias e comunidade. A Semana do Meio Ambiente

deve ir além da celebração pontual, funcionando como catalisadora de práticas ambientais contínuas ao longo de todo o ano letivo.

Nas escolas do campo, esse tema ganha ainda mais relevância, pois dialoga diretamente com o cotidiano das famílias e com os processos produtivos locais. Portanto, a Educação Ambiental deve ser incorporada aos planejamentos anuais, às práticas de sala de aula e aos projetos institucionais de maneira transversal, garantindo que cada estudante desenvolva atitudes de cuidado, pertencimento e responsabilidade pelo ambiente onde vive.

Dessa forma, o Núcleo Regionalizado C reafirma seu compromisso com uma educação que valoriza a vida, a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a construção de comunidades mais conscientes, saudáveis e comprometidas com o futuro.

Educação Financeira e para o Consumo

O processo educacional tem o poder de modificar hábitos no ser humano. Dessa forma, a escola deve criar estratégias que leve o aluno a ter hábitos conscientes de consumo e desenvolva a cultura do SER para além da cultura do TER.

Neste contexto, o tema integrador Educação Financeira e para o consumo visa à construção e o desenvolvimento de comportamentos financeiros consistentes, autônomos e saudáveis, para que os estudantes possam tornar-se protagonistas de suas histórias, planejar e executar os seus projetos de vida DCRM 2022 (p. 60).

As aulas desenvolvidas em nossas escolas do núcleo regionalizado C buscam estimular a conscientização sobre o uso do dinheiro (como se consegue, para que serve e como deve ser usado). Utilizando algumas estratégias que possibilitarão uma vivência a respeito do tema, como jogos, consumo consciente, notas fiscais, impostos, montagem de um supermercado com a turma, diálogos a respeito do consumo, pesquisa de preços de produtos utilizados no dia a dia, todas essas atividades são importantes para que o aluno desenvolva conhecimentos e habilidades para que sejam cidadãos ativos na sociedade e tenha uma relação saudável com o dinheiro.



Cultura Digital

A escola necessita inserir a tecnologia no contexto do processo ensino-aprendizagem, pois o mundo está constantemente em mudança e a instituição escolar precisa acompanhar tais avanços, inovando o seu ambiente educativo e suas ações considerando todas as dimensões para qualificar os serviços oferecidos e facilitar o aprendizado dos alunos.

O ensino articulado aos preceitos da Cultura Digital articula-se com qualquer outro componente curricular, como arte, ciências humanas, ciências naturais, ultrapassando os aspectos meramente tecnológicos. Segundo o DCRM 2022 (p.61) é instigado às instituições educacionais e espaços formativos a conceber novos jeitos de aprender.

Algumas estratégias podem ser adotadas nos espaços escolares do Núcleo Regionalizado C para garantir acesso à inovação tecnológica que assegure no contexto das aprendizagens através de jogos educativos, vídeo aulas, redes sociais, aplicativos (WhatsApp - Facebook), essas redes sociais podem ser usada como uma rede de compartilhamento de conteúdo, correção de exercícios e até um espaço para debates construtivo, editores de texto e vídeo ,filmes infantis contribuindo para facilitar o desenvolvimento educacional do aluno.

3.4. PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR/ALUNO E DA(O) AUXILIAR DE CLASSE

Perfil da Docência

O perfil esperado dos professores das escolas do Núcleo Regionalizado C fundamenta-se no compromisso ético, pedagógico e social que caracteriza o trabalho docente na educação pública e no campo. Espera-se que o professor seja mediador do conhecimento, pesquisador de sua própria prática, agente de transformação social e profissional comprometido com o desenvolvimento integral dos estudantes. Sua atuação deve estar alinhada às orientações da BNCC, do DCRB, do DCRM e às diretrizes pedagógicas do município.

O professor do Núcleo C deve planejar com intencionalidade, avaliar continuamente e atuar com sensibilidade às especificidades do território rural, contextualizando objetos do conhecimento e valorizando saberes locais. Deve compreender que a docência exige constante reflexão e aprimoramento, pois, como destaca Freire (1996), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou construção”. Assim, espera-se que o docente seja capaz de criar ambientes de aprendizagem que promovam participação, autonomia, criatividade e equidade.

Nesse sentido, o professor do Núcleo C deve compreender que sua função ultrapassa a transmissão de objetos do conhecimento: é também o ato de incluir, envolver, escutar, contextualizar e garantir que cada estudante — da Educação Infantil à EJA — construa conhecimentos que dialoguem com sua realidade e ampliem suas possibilidades de vida.

Perfil do Estudante

O perfil esperado dos estudantes das escolas do Núcleo Regionalizado C considera a diversidade de etapas atendidas — do Grupo 2 da Educação Infantil ao 2º Segmento da EJA — e reconhece que todos os educandos têm direito a aprender, conviver, se desenvolver integralmente e participar da vida escolar de forma ativa e significativa. Em consonância com a BNCC, com o DCRB e com o DCRM, compreende-se que a aprendizagem deve ser vista como processo contínuo, progressivo e contextualizado, especialmente no território do campo, onde a relação com a natureza, à comunidade e o trabalho possui forte relevância formativa.

Na Educação Infantil, espera-se que as crianças desenvolvam curiosidade, autonomia progressiva, capacidade de explorar o ambiente e interagir com outras crianças e adultos, ampliando suas linguagens, expressões e vínculos afetivos. Já nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, os estudantes devem consolidar competências de leitura, escrita, raciocínio lógico, resolução de problemas e participação em situações comunicativas diversas, compreendendo-se como sujeitos de direitos.

No 1º Segmento da EJA, o perfil esperado envolve a valorização das experiências de vida dos jovens e adultos, reconhecendo que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão” (FREIRE, 1996, p. 67). Assim, o estudante jovem e adulto deve sentir-se respeitado, acolhido e motivado a aprender a partir de sua trajetória, ampliando suas possibilidades de atuação no mundo.

Assim, o perfil esperado dos estudantes articula desenvolvimento, aprendizagem e contexto sociocultural, garantindo que cada educando seja visto como sujeito capaz de avançar quando lhe são ofertadas condições adequadas, mediação qualificada e práticas pedagógicas planejadas.

Perfil do(a) Auxiliar de Ensino

O Auxiliar de Ensino que atua no Núcleo Regionalizado C deve apresentar um perfil ético, colaborativo e comprometido com o processo educativo, atuando como apoio direto ao trabalho pedagógico do professor e ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Espera-se que seja um profissional atento às diferentes realidades e ritmos de aprendizagem, com postura acolhedora, responsável e respeitosa, capaz de contribuir para a organização da rotina escolar, o acompanhamento das atividades em sala de aula e o cuidado com os alunos, especialmente aqueles que demandam maior atenção. Deve demonstrar disponibilidade para o trabalho em equipe, seguir as orientações pedagógicas e administrativas da unidade escolar e do Núcleo, além de manter uma postura proativa, sensível e comprometida com os princípios da educação pública de qualidade, inclusiva e humanizada.

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1. EDUCAÇÃO INFANTIL

A concepção de infância passa por uma ação pedagógica que analisa a criança como um ser social, nesse processo a criança passa a ser notada como um sujeito histórico, com necessidades particulares. O ato de educar consiste em dialogar com o conhecimento do cotidiano apresentado pelas crianças, elas trazem para a escola conhecimento prévios e é na escola que as aprendizagens são ampliadas por meio das interações e de relacionamentos significativos com a comunidade escolar. Vale ressaltar que o aprendizado da criança passa por estágios, e o ambiente escolar é essencial para possibilitar as competências de cada estágio, criando estratégias e técnicas para trabalhar aspectos que são responsáveis pelo aprendizado da criança.

Nesse sentido Leite (2005, p.8) destaca a necessidade de práticas que:

[...] exige uma nova postura dos professores de creches e pré-escolas no Brasil, no sentido de se iniciar uma educação infantil que respeite a crianças como sujeito de direitos. Uma educação infantil que coloque a criança como centro do processo educacional).

A aprendizagem da criança começa desde o seu nascimento, onde a família começa a criar maneiras de interagir com os bebês estabelecendo algumas habilidades, pelo simples fato de levantar a mãozinha, sorrir com as pessoas, levando-se em consideração que o desenvolvimento da criança acontece, nos mais diversos contextos e espaços.

As crianças aprendem brincando, socializando com outras crianças, elas brincam: de pular corda, correr, saltar, de futebol, pescaria, mão na bola, movimentos de pinça, jogos de encaixe ou simplesmente correndo atrás de uma caixa de papelão, que, na imaginação das crianças, pode ser uma bola ou outra coisa qualquer.

As nossas escolas são lugares para o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas; os direitos de aprendizagem dispostos no DCRB E DCRM asseguram condições para que as crianças aprendam e potencializem os seus conhecimentos. É importante proporcionar situações de cuidados e acolhimento às crianças por meio das interações e de relacionamentos significativos com outras crianças, adultos e com ela mesma.

Portanto, é necessário que o professor planeje situações voltadas para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento, despertando na criança a curiosidade e criatividade. Tendo em vista que a criança é o centro dos ensinamentos, o caminho é promover experiências de aprendizagem não apenas em sala de aula, mas em espaços externo para que o aluno possa desenvolver integralmente os aspectos físicos, emocional e social construindo a sua identidade.

4.1.1. Creche

A educação infantil é umas das fases mais importantes da vida escolar da criança, por isso é preciso criar condições para o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo desses sujeitos. A ação de educar requer uma rotina de cuidados bem planejados pelos professores, direção e coordenação para proporcionar espaços estimulantes e seguros para serem explorados pelas crianças, organizados adequadamente e contendo materiais pertinentes a esse público.

Em nossas escolas do núcleo regionalizado C recebemos crianças na faixa etária de 2 e 3 anos de idade, não temos estrutura física para o pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas, as turmas são multisseriadas o que acaba dificultando o desenvolvimento de algumas experiências de aprendizagem dentro da idade de cada grupo. Mesmo com as dificuldades citadas, buscamos planejar da melhor forma possível, contribuir com o aprendizado e formação dos nossos alunos.

Perceber a criança e suas potencialidades é um grande desafio para todos nós, pois para conhecer e fazer parte do universo infantil é preciso desenvolver a percepção e a escuta sensível, compreendendo o potencial de cada uma e a melhor maneira de aprender, que serão reveladas nas interações e ações pedagógicas. O trabalho com a Educação Infantil é muito gratificante, poder sentir a alegria contagiante das crianças e acompanhar a evolução na aprendizagem

4.1.2. Transição da Creche para a Pré-escola

A transição da creche para a pré-escola é um momento que representa perspectiva de crescimento tanto físico como cognitivo das crianças expressando sua consciência, conquista e autonomia na concretização das ações da rotina de cuidado

de si. Essa transição é uma etapa essencial no percurso dos nossos alunos e a comunidade escolar precisa compreender que a criança enquanto sujeito ativo tem a capacidade de interagir no meio em que vive.

Os professores das nossas escolas devem desenvolver um planejamento que fortaleça a comunicação, tanto com a criança como também com os pais, onde qualquer desconforto da criança que possa surgir no ensinar e no cuidar seja compreendido como processo de crescimento.

As nossas escolas buscam criar parcerias para fortalecer o entendimento que o desconforto da criança vai existir e que a comunicação é necessária tanto com as crianças como com os pais, e juntos podemos resolver ou amenizar possíveis desconforto. Além disso, a pré-escola é vista pelos pequenos com extensão do lar, porém a escola é um espaço de aprendizado e do cuidar e os pais precisam se conscientizar para junto com a criança sejam parceiros nesse processo de crescimento.

Vale ressaltar que as turmas de creche/pré-escola que compõe as escolas do núcleo C são multisseriadas e requer um olhar atento de todos os envolvidos no processo educacional. Ainda precisamos melhorar a estrutura física (banheiros, refeitório, escovômetro, materiais pedagógicos adequados a essa faixa-etária). Portanto, conhecer e refletir acerca do processo de aprendizagem na infância é uma condição indispensável para o desenvolvimento da criança, levando em consideração as vivências dos alunos que frequentam as nossas escolas podemos contribuir melhor com o processo de adaptação.

.4.1.3. Pré-Escola

A pré-escola é uma faixa etária importante para o desenvolvimento infantil e os reflexos que este imprime na vida adulta, compreendemos a obrigatoriedade da pré-escola como um ganho para a vida escolar e social do educando. Por isso deve-se criar condições de aprendizado que possibilitem às nossas crianças acesso e atendimento na pré-escola.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº. 9.394/96), a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus diversos aspectos, complementando com a ação da

família e da comunidade. É nessa fase que a criança participa socialmente de grupos sociais fora do ambiente familiar passando a conviver com outras pessoas e com isso começa a praticar sua cidadania a partir da convivência em sociedade.

O professor deve ter escuta sensível, compreendendo o potencial de cada criança, ressignificando o planejamento, buscando mediar às aprendizagens trazidas pelas crianças possibilitando experiências desafiadoras através de interações e brincadeiras. O brincar na educação infantil deve ser planejado intencionalmente para que venha a desenvolver a criatividade, autonomia e a capacidade de reflexão da criança.

Portanto, é necessário pensar a Educação Infantil das nossas escolas como um espaço em que a criança tem suas potencialidades instigadas e que promova o desenvolvimento das habilidades da infância e das funções cognitivas, como: observação, imaginação, curiosidade, memória e a atenção, através de intencionalidades pedagógicas pautadas nas interações e brincadeiras, eixos estruturantes contidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

4.1.4. Transição da Pré-escola para o 1º Ano

A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental envolve desafios e requer um olhar atento, planejamento cuidadoso e bem organizado, pois esta passagem representa uma nova fase na vida da criança, um período que gera muita expectativa, até mesmo por parte dos pais.

O aluno que sai da Educação infantil para o 1º ano precisa se sentir acolhido no novo ambiente tanto da escola quanto nas práticas pedagógicas realizadas pelo professor, as brincadeiras, a ludicidade, integrar os conhecimentos contextualizando dentro das atividades. O processo ensino-aprendizagem deve continuar sem rupturas para que o aluno perceba essa mudança de maneira tranquila em sua rotina escolar.

A BNCC traz toda orientação dessa importante fase de transição, para que o professor entenda como fazer nessa etapa, o mesmo precisa ter contato com relatórios, portfólios, registros e entenda como foi o processo de desenvolvimento na Educação infantil, conhecendo melhor as crianças com as quais vão trabalhar, favorecendo as estratégias de planejamento de acordo os objetivos de aprendizagem que necessitam serem desenvolvidos.

A Base Nacional Comum Curricular afirma (BRASIL, 2018, p.53):

Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

A comunidade escolar deve acolher o aluno com afetividade, pois esse momento de transição é muito importante para a criança, considerando que na pré-escola as crianças são proativas e exploram o mundo construindo diversas linguagens, sendo assim, o professor deve realizar um trabalho de forma sistematizada através de atividades lúdicas enfatizando a importância do acesso à leitura e a escrita nos diversos contextos, favorecendo a alfabetização e o letramento.

Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

4.2. ENSINO FUNDAMENTAL

4.2.1. Anos Iniciais

Considerando que até o 2º ano do Ensino Fundamental os estudantes já devem ter se apropriado do sistema alfabético por meio de práticas de letramento, o processo de alfabetização e a ampliação do letramento dos sujeitos de aprendizagem. A mesma deve ocorrer a partir das experiências vivenciadas pelo educando, que precisa ser estimulado a partir de ações pedagógicas bem planejadas pelo professor buscando valorizar os conhecimentos prévios e permitindo as crianças a se apropriarem do sistema de escrita alfabética, Freire (2011, p. 10) afirma:

“a alfabetização não é um jogo de palavras; é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos (...) A alfabetização, portanto, é toda a pedagogia: aprender a ler é aprender a dizer a sua palavra”.

É importante que o professor utilize metodologias assertivas dentro da sala de aula colocando o aluno no centro das aprendizagens, potencializando o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita de forma articulada, estimulando

os alunos a serem críticos, criativos e autônomos; agindo de forma consciente no meio em que vivem.

O reforço no turno oposto são atividades desenvolvidas pelo professor a partir de diagnósticos, são algumas das estratégias que podem ser mobilizadas para superar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes do 3º, 4º e 5º ano que ainda não foram alfabetizados. Quando o professor faz um diagnóstico dos alunos nas diversas áreas do conhecimento terá uma visão de como a sua turma está para poder (re) planejar atividades voltadas para recuperação das aprendizagens.

Portanto, se faz necessário planejar ações desafiadoras que favoreçam a construção do conhecimento, saberes e valores. Além disso, entrelaçar o ensino-aprendizagem na perspectiva de consolidar aprendizagens significativas aos alunos.

4.2.2. Transição do 2º Ano para o 3º Ano

A mudança do 2º ano para o 3º ano é uma tarefa complexa, mas que se torna mais fácil quando o professor planeja a partir do contexto onde eles estão inseridos, é importante mobilizar os conhecimentos prévios dos alunos, proporcionando atividades desafiadoras onde possam ser estimulados a pensar e desenvolver novos aprendizados.

É importante que o processo de alfabetização deva acontecer através de atividades pedagógicas que permitam que os alunos desenvolvam a leitura e escrita alfabética. No decorrer dos demais anos que compõem os Anos Iniciais deve acontecer à ampliação das práticas de linguagens, da autonomia intelectual, relação com a natureza, com as tecnologias, a cultura, dentre outros, bem como a consolidação das diversas aprendizagens.

A escola deve proporcionar um ambiente acolhedor para desenvolver a autonomia no aluno através do diálogo, levando a criança a entender que essa mudança escolar é necessária para seu crescimento e assim conseguir superar esse desafio com muito sucesso. Também é necessário que o professor proponha atividades desafiadoras a partir das vivências dos nossos alunos respeitando os direitos de aprendizagem previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para desenvolver a leitura, escrita e compreensão.

5. POLÍTICA E MODALIDADES DE ENSINO

5.1. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Política de Educação Inclusiva do município de Anguera orienta todas as escolas do Núcleo Regionalizado C a garantirem que cada estudante — independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas, emocionais ou sociais — tenha assegurados os direitos de acesso, permanência, participação e aprendizagem no ensino regular.

Essa política reconhece que a escola é espaço de convivência, equidade e acolhimento, e que a diversidade humana deve ser compreendida como um valor educativo e não como obstáculo. Nesse sentido, as ações pedagógicas do Núcleo C devem estar alinhadas às diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, à BNCC, ao DCRB e ao DCRM, assegurando uma prática inclusiva que considera os contextos culturais, sociais e territoriais próprios das comunidades rurais atendidas.

A concepção de escola inclusiva adotada no Núcleo C destaca que todos os estudantes aprendem, ainda que em tempos, ritmos e modos distintos, e que cabe à escola promover condições pedagógicas e estruturais para que cada um desenvolva suas potencialidades. Ser uma escola inclusiva significa acolher todas as diferenças, adaptar metodologias, reorganizar tempos e espaços, atualizar avaliações e garantir ambientes acessíveis e respeitosos. Também significa valorizar a cultura do campo, reconhecer saberes familiares e comunitários, e fortalecer vínculos sociais que promovem pertencimento e participação ativa.

Essa política se sustenta em princípios orientadores que orientam o cotidiano escolar:

- **Acesso universal à escola regular**, garantindo matrícula e permanência sem exclusões;
- **Participação plena e equitativa**, assegurando que todos participem das atividades escolares;
- **Flexibilização e adaptação curricular**, permitindo que o ensino atenda às necessidades individuais;
- **Respeito à diversidade humana**, combatendo qualquer forma de discriminação;

- **Atendimento Educacional Especializado (AEE) como suporte complementar**, e não substitutivo à sala comum;

- **Trabalho colaborativo**, envolvendo professores, gestores, famílias e equipe multiprofissional.

Atualmente, o atendimento aos alunos dos Núcleos B, C, D e E encontra-se centralizado na sala de recursos localizada no Prédio Escolar Orlando Carneiro, pertencente ao Núcleo B, sendo o deslocamento realizado por meio de transporte especializado do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Esse atendimento conta com o suporte de uma equipe multidisciplinar de elevada relevância pedagógica, composta por psicopedagoga, responsável por identificar os processos de aprendizagem e intervir diante de possíveis obstáculos cognitivos, e professora de AEE, que atua na mediação pedagógica, na produção de materiais adaptados e na garantia da acessibilidade curricular.

É importante destacar que o trabalho dessas profissionais não se restringe à sala de recursos, pois a intervenção na escola regular constitui o eixo central da inclusão, ao possibilitar suporte direto aos professores regentes na adaptação das atividades, o acompanhamento do aluno em seu contexto social e coletivo e a construção de estratégias que tornem a sala de aula comum mais acessível e acolhedora.

Nesse sentido, a implantação de uma nova sala de recursos para os Núcleos C, D e E mostra-se urgente e necessária, pois contribui para a humanização do atendimento ao reduzir o tempo de deslocamento e o desgaste físico dos estudantes, promove maior tranquilidade e foco ao evitar a aglomeração na unidade central e fortalece o vínculo escolar ao aproximar o atendimento do local onde o aluno estuda, favorecendo o diálogo entre a equipe do AEE e os professores da escola regular.

O investimento em uma nova sala de recursos configura-se como uma ação essencial para assegurar que o direito à educação inclusiva seja efetivado com dignidade, eficiência e qualidade técnica, refletindo positivamente no desenvolvimento integral dos estudantes.

No que tange ao atendimento especializado, a proposta das diretrizes operacionais resguarda a importância do atendimento educacional especializado que se dá de forma individualizada, garantimos o tempo mínimo de 01 (uma) hora de atendimento ou, em pequenos grupos quando possível e em especial em momentos de promoção da interação/socialização.

Precisamos olhar para um futuro viabilizador, com a esperança de ter um espaço adequado para os atendimentos, formações e encontros com a finalidade de integração e participação da comunidade como um todo.

O AEE realiza orientação pedagógica, adaptações, uso de tecnologias assistivas e elaboração de PDIs – Planos de Desenvolvimento Individual, conforme necessidade de cada estudante. Os PDIs são documentos norteadores recomendados pela Secretaria Municipal de Educação para assegurar que cada aluno tenha um percurso formativo personalizado, registrando objetivos, habilidades a serem desenvolvidas, recursos necessários, formas de avaliação e procedimentos de acompanhamento.

Eles servem como articulação entre a equipe escolar, o AEE e a família, garantindo que o atendimento seja continuado, integrado e monitorado.

As equipes multiprofissionais do município — quando atuam no território — contribuem para o processo de avaliação e acompanhamento, auxiliam o professor na observação das necessidades dos estudantes, orientam famílias, sugerem adaptações curriculares e ajudam a fortalecer ações de permanência escolar. O trabalho colaborativo entre sala regular, AEE e equipe multi é essencial para que a inclusão aconteça na prática, chegando ao cotidiano das escolas com sensibilidade, intencionalidade e responsabilidade.

A avaliação no contexto da inclusão deve ser contínua, processual e qualitativa, priorizando o progresso individual. Para isso, o PPP estabelece indicadores que permitem verificar se a inclusão está acontecendo de forma efetiva. Entre os principais pontos observados estão: a permanência e frequência dos estudantes, a existência de adaptações curriculares documentadas, o acompanhamento sistemático por meio de PDIs, a participação nas atividades escolares, à oferta de recursos e estratégias adequadas e o envolvimento da família. Esses indicadores orientam o trabalho pedagógico e são revisados periodicamente para ajustar práticas e garantir avanços reais na aprendizagem.

Além disso, o Núcleo Regionalizado C trabalha com a perspectiva de que a inclusão é responsabilidade de toda a comunidade escolar. Assim, ações de sensibilização, rodas de conversa, participação comunitária e projetos integradores são fundamentais para desenvolver atitudes de respeito e colaboração. A escola inclusiva é, portanto, um espaço onde se aprende sobre convivência democrática,

justiça social e valorização das diferenças, fortalecendo o compromisso ético da educação pública municipal.

Desse modo, a Política de Educação Inclusiva no Núcleo C não se limita a diretrizes formais, mas constitui uma prática viva, cotidiana e comprometida com a dignidade humana. Ela se expressa na sala de aula, nos planejamentos, nas avaliações, nos PDIs, no AEE, na atuação das equipes multiprofissionais e no olhar cuidadoso que reconhece cada estudante como sujeito singular, capaz de aprender, crescer e transformar sua realidade. Assim, reafirma-se que a inclusão é uma ação permanente que orienta todo o trabalho pedagógico, garantindo que ninguém fique para trás e que todos tenham acesso a uma educação integral, justa e respeitosa.

5.2. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

O Conselho Estadual de Educação-CEE por meio da resolução nº 103 estabelece em seu Art. 1º que a escola do campo não é definida apenas pelo critério geográfico que separa o espaço urbano do espaço rural, mas sim, pelo critério dos sujeitos do campo, ou seja, a quem se destina a educação.

Mais especificamente, o Art. 1º define a escola do campo da seguinte forma: “entendidas como unidades de ensino situadas na área rural, caracterizada conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE ou aquelas situadas em áreas urbanas, desde que atendam prioritariamente as populações do campo”. (BAHIA, 2015, p. 1).

Assim, concebemos que há a Educação Rural àquela que se fundamenta nos currículos oficiais colocando o campo como o lugar do atraso e a Educação do Campo que valoriza a identidade dos sujeitos do campo bem como condiciona a base educacional aos conhecimentos e demandas provenientes das particularidades da população rural.

Nossa escola compõe o grupo das instituições vinculadas ao Município, que fomenta dentro das suas possibilidades a denominada Educação do/no Campo, tendo em vista a sua localização na zona rural, o público que a integra e a constitui enquanto escola.

Assim, levando em consideração o contexto sócio-histórico e educacional do entorno da nossa escola, acentuamos que a Educação do/no Campo é mais que uma modalidade de ensino, pois vivenciamos diversas lutas, que resultaram em conquistas

importantes para a nossa comunidade escolar com vista nas transformações sociais e criação de políticas públicas específicas para a Educação do/no Campo, que atendam as reais demandas dos nossos educandos, buscando sempre transcender a visão reducionista do campo como local da produção agrícola e agropecuária.

Logo, o campo precisa ser visto e valorizado também a partir das suas dimensões culturais, sociais, históricas, econômicas, incluindo ainda outras culturas como a agricultura familiar, indígena e quilombola, favorecendo assim, o reconhecimento identitário dos nossos estudantes e de seus ancestrais.

Pautados no pensamento de Fernandes (2002a, p. 67) adotamos a seguinte concepção de Educação do/no Campo:

A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural.

De tal modo, acreditamos que é preciso levar em consideração a necessidade da inserção de um ensino do/no campo de qualidade capaz de contribuir com o desenvolvimento dos educandos e consequentemente do contexto no qual estão inseridos, visando de fato a formação dos sujeitos do campo, aliando ensino e valorização sociocultural e histórica de cada educando que integra o nosso ambiente escolar, respeitando ainda seus espaços e seus saberes construídos ao longo do tempo.

Assim, buscamos ofertar um ensino pautado, não só nos objetos do conhecimento que emanam dos documentos curriculares referenciais (DCRM, DCRM, BNCC), que norteiam nosso fazer pedagógico, mas buscamos inserir também junto aos demais conhecimentos os saberes de vida dos nossos educandos, os saberes que emanam das relações familiares e sociais com o intuito de formar seres humanos capazes de valorizar a si próprio e ao espaço que ocupam.

Buscamos colocar em evidência a relevância da valorização dos saberes populares locais, que permeiam a memória da nossa comunidade local através das atividades lúdicas e contextualizadas, por meio dos jogos, brincadeiras típicas da

região, parlendas, adivinhas, cantigas (roda, das batatas de feijão e milho, etc.), histórias locais vinculadas à religiosidade, às lendas rurais e ao folclore e entre outras.

Além disso, colocamos nas rodas de discursões os saberes acumulados historicamente pelos sujeitos do campo, através da realização de pesquisas, entrevistas e apresentações feitas pelos educandos com o intuito de enfatizar e valorizar as histórias de vida dos seus antepassados, produzindo assim o conhecimento de si para que possam consolidar da melhor forma possível sua construção identitária.

Contudo, ainda não conseguimos alcançar verdadeiramente todos os moldes e as especificidades teóricas e metodológicas, temporais, avaliativas e entre outras que configuram de fato a Educação do/no Campo.

Porém, de forma gradual, mediante a escrita deste PPP, das nossas formações sobre o tema supracitado, sediado pela Secretaria Municipal de Educação de Anguera, bem como a partir das vivências experienciadas no contexto educacional estamos caminhando em direção a uma educação capaz de contribuir com a formação integral dos sujeitos do campo, por muito tempo marginalizado e desvalorizado por fatores historicamente arraigados.

Pautamos nosso trabalho educativo nos preceitos da lei, mais especificamente na resolução Nº 103, de 28 de setembro de 2015, promulgada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) que estabelece em seu Art. 4º. os princípios da Educação do Campo:

I - compreensão do trabalho como princípio educativo e da cultura como matriz do conhecimento;

II - respeito à diversidade da população do campo em todos seus aspectos;

III - garantia da definição de projetos educativos com pedagogias condizentes às condições e aos anseios das populações do campo;

IV - reconhecimento das unidades escolares como espaços públicos de ensino e aprendizagem, produção de conhecimento e articulação de experiências de vida dos educandos;

V - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento às especificidades, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

VI - valorização da identidade da escola por meio de projetos político-pedagógicos com organização curricular e metodológicas adequadas às necessidades dos educandos e comunidades do campo;

VII - flexibilização na organização escolar, visando à adequação do tempo pedagógico, à definição do calendário, os processos de organização de turmas, sem prejuízos das normas de proteção da infância contra o trabalho infantil; e

VIII - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais relacionados às questões do campo, na gestão da escola. (BAHIA, 2015, p. 2).

A Educação do/no Campo surgiu das lutas dos sujeitos do campo com o intuito de romper com alguns paradigmas construídos historicamente, assim, nossa escola prega como princípio a valorização dos sujeitos do campo, enfatizando a relevância histórica da sua cultura ao longo do tempo, bem como suas contribuições formativas no que concerne a manutenção da vida em sociedade mediada pelo trabalho em regime de colaboração.

Diante do exposto, entendemos que cada estudante é um ser único com suas particularidades, assim buscamos por meio das nossas práticas pedagógicas respeitar as diversidades, sejam elas, políticas, religiosas, racial, social, entre outras. A partir da reelaboração do Projeto Político-Pedagógico e da construção do nosso plano de ação, visamos ampliar os diálogos e elaborar projetos de conscientização de respeito às diferenças, bem como estimular nosso corpo docente a trabalharem a temática em suas aulas.

O Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera (2022, p. 39), prega que:

O princípio da Educação do Campo é a inclusão e o reconhecimento dos sujeitos do campo como cidadãos do processo educacional e de sua própria identidade. Assim, sua essência pedagógica e metodológica deve ser específica para pessoas do campo em seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento das diversas áreas de ensino. Sendo assim, os aspectos pedagógicos e metodológicos devem considerar o perfil de cada educando, levando em consideração suas vivências e seu contexto histórico.

Com base no princípio acima, nossos docentes costumam aplicar atividades teóricas e práticas com a temática do campo, porém a partir da reformulação do nosso Projeto Político-Pedagógico, percebemos a necessidade de ampliar e adequar nossa prática educativa à realidade do campo, tanto através da adoção de metodologias

próprias para o espaço rural quanto através das questões formacionais que carecem nossos docentes para que possam (re)pensar suas práticas metodológicas.

Além disso, nosso trabalho fundamenta-se no respeito, na valorização dos indivíduos do campo, com o objetivo de qualificá-los enquanto ser humanos atuantes do seu contexto social com o intuito de abranger a comunidade em torno da escola, pois acreditamos que a educação transcende o ambiente escolar.

5.3. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Política de Educação de Jovens e Adultos (EJA) das escolas que formam o Núcleo Regionalizado C orienta-se pela garantia do direito à educação ao longo da vida, pela valorização das experiências e saberes prévios dos estudantes e pelo alinhamento das propostas formativas às diretrizes nacionais, estaduais e municipais ao articular objetos do conhecimento que dialoguem.

A EJA ofertada tem caráter compensatório e emancipatório: busca recompor trajetórias interrompidas, promover a construção de competências fundamentais previstas na BNCC e com a realidade social, produtiva e cultural do território do campo atendido pelo Núcleo Regionalizado C.

A concepção pedagógica que orienta a EJA entende o estudante jovem e adulto como sujeito ativo que traz saberes de sua experiência de vida. O currículo deve ser organizado por segmentos e tempos de formação que respeitem as trajetórias individuais, conforme as Diretrizes Operacionais do Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CEB nº 01/2021) e as atualizações normativas recentes (Resoluções CNE/CEB nº 03/2025 e nº 06/2025), as quais reforçam o alinhamento da EJA à BNCC, a necessidade de reconhecimento das experiências prévias e a pluralidade de formas de oferta (presencial, semipresencial).

No nível estadual e municipal, o Organizador Curricular da EJA (OCEJA) da Bahia — adotado e incorporado aos documentos municipais — orienta a estruturação dos objetos do conhecimento das competências e das dimensões formativas da modalidade, organizando-as por segmentos e oferecendo matriz de referência para a construção dos Planos de Curso locais.

Princípios orientadores da EJA no Núcleo Regionalizado C:

(1) **Reconhecimento das experiências de vida** — os percursos formativos partem das vivências e saberes dos estudantes como recurso pedagógico;

(2) **Flexibilidade e temporalidade adequada** — organização por segmentos e por ciclos que respeitem ritmos de aprendizagem;

(3) **Acessibilidade e diversidade de oferta** — oferta em turnos e modalidades distintas para contemplar estudantes que trabalham e têm responsabilidades familiares;

(4) **Articulação curricular** — alinhamento explícito com BNCC, DCRB e DCRM e OCEJA garantindo que habilidades essenciais sejam priorizadas;

(5) **Avaliação formativa e certificadora** — avaliação que reconheça progressos, valide saberes prévios e produza certificação conforme normativas vigentes (LDB nº 9.394/1996 e resoluções do CNE).

Do ponto de vista operativo, o planejamento da EJA no Núcleo Regionalizado C deve contemplar: diagnóstico inicial que reconheça trajetórias e demandas; seleção prioritária de habilidades da BNCC/DCRB/DCRM incorporadas em sequências didáticas contextualizadas; oferta de metodologias ativas e projetos vinculados ao território (produção agrícola, trabalho local, leitura de mundo); registro sistemático das aprendizagens por meio dos Diários de Acompanhamento do Percorso Formativo; e mecanismos de flexibilização de horários e de reposição que respeitem o calendário produtivo do campo.

A oferta da EJA nas escolas que compreendem o Núcleo Regionalizado C é estruturada com flexibilidade de horários e modalidades, contemplando atendimento noturno e possibilidade de atividades semipresenciais, quando autorizado, de modo a atender às realidades sociais, familiares e laborais dos jovens e adultos da zona rural. O acompanhamento pedagógico será monitorado por meio de indicadores institucionais, como dados de matrícula, frequência, permanência, conclusão por segmento e certificação, assegurando análise contínua dos avanços e dos desafios enfrentados pelas turmas.

As ações formativas voltadas aos docentes serão realizadas de forma sistemática, garantindo formação continuada específica para professores da EJA, com foco em avaliação formativa, reconhecimento e validação dos saberes prévios dos estudantes, práticas de contextualização ao território rural e metodologias voltadas à recomposição de aprendizagens.



A política de Educação de Jovens e Adultos no município de Anguera foi instituída em 2000, por meio do Parecer 11, regulamentaram-se as Diretrizes Curriculares para a EJA, que qualifica a Educação de Jovens e Adultos e define suas funções: reparadora, equalizadora e qualificadora. Soares (2002) descreve cada uma das funções da EJA, esclarecendo o que se encontra no Parecer 11 (Brasil, 2000, p. 34-41).

A função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano (p. 34). (...) A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados, encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas...

Através da portaria 013/2010, o município de Anguera regulamenta a oferta do Ensino Fundamental através da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, tendo em vista a necessidade de combater a distorção idade x série e considerando o direito fundamental de todos à educação, com identidade própria para atendimento à

demanda educacional de alunos diferenciados em relação à idade, cultura, experiências de vida e de trabalho.

Nesse sentido, para a garantia do direito dos jovens e adultos à Educação Básica, acreditamos que é necessário estimular a permanência, promovendo aprendizagens contextualizadas valorizando as experiências desses alunos e a partir desses proporcionando a formação da consciência crítico-reflexivo e autônoma para isso, o professor precisa mostrar a várias possibilidades para esta construção.

O OCEJA (Organizador Curricular da Educação de Jovens e Adultos), aprovado pelo Conselho Municipal de Educação e homologado em dezembro de 2024, serve como base curricular dessa modalidade de ensino

Conforme as especificidades da população inseridas na Educação de Jovens e Adultos, o Núcleo Regionalizado C garante uma prática pedagógica que considera a realização de atividades não presenciais com acompanhamento docente, de forma temporária, complementar ou suplementar aos estudos na Educação de Jovens e Adultos. Para isso, as atividades não presenciais ocorrerão através de módulos pedagógicos e portfólios de evolução da aprendizagem, onde os alunos serão orientados pelos docentes considerando as seguintes estratégias e metodologias:

- I – As experiências de vida, aprendizado significativo e contextualizado;
- II – Os conhecimentos essenciais para a formação social;
- III – As realidades culturais de grupos e suas formas de organização;
- IV – Pesquisas e relatos sobre estudos dos aspectos territoriais; identitários; econômicos; culturais; linguísticos; religiosos; ancestrais e étnico-raciais;
- V – As atividades de caráter psicopedagógico, de busca pela autoestima e voltadas para as competências socioemocionais;
- VI – Acompanhamento docente de forma direta e indireta, garantindo o atendimento aos estudantes que desenvolvem atividades não presenciais através dos plantões na escola ou contato direto nas famílias.

O longo do processo histórico, compreendemos que muitas pessoas tiveram negado o direito à escolarização, o que torna a Educação de Jovens e Adultos (EJA) uma modalidade de caráter reparador e inclusivo. Nesse sentido, a instituição assume o compromisso de garantir diferentes formas de oferta do ensino, integrando atividades presenciais e não presenciais de maneira complementar e suplementar, de modo a ampliar o acesso, fortalecer a permanência e promover a aprendizagem ao longo da vida.

Assim, a EJA se consolida como um espaço de reconstrução de trajetórias, de valorização das experiências dos estudantes e de afirmação do direito à educação como princípio fundamental de cidadania.

5.4. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

A Educação Integral em Tempo Integral em Anguera — instituída pelo município por meio da Lei Municipal nº 335/2025 e operacionalizada por decretos e portarias da Secretaria Municipal de Educação — afirma um compromisso local com a formação integral dos estudantes, articulando ensino, cuidado, cultura, saúde e convivência em jornadas ampliadas. A Lei municipal estabelece diretrizes que visam “a garantia da formação integral humana dos sujeitos, em todas as suas dimensões, independentemente de questões étnicas”

Do ponto de vista teórico, a concepção de educação integral em tempo integral que adotada ecoa as formulações contemporâneas de políticas públicas educacionais que consideram a escola como espaço de formação humana ampla. A literatura sobre educação integral enfatiza a indissociabilidade entre aprendizagem formal e práticas de cuidado, cultura, alimentação, tempo de convivência e oportunidades de desenvolvimento social e emocional — uma concepção que promove, segundo a Resolução CNE/CEB e documentos do MEC, “inclusão educacional, equidade, participação, justiça curricular e aprendizagem com qualidade social”.

Para o Núcleo Regionalizado C, em especial, a política municipal traduz-se em orientações práticas e ganhos concretos. Entre os benefícios esperados destacam-se:

- (1) **ampliação das oportunidades de aprendizagem** ao articular mais tempo e diversidade de experiências pedagógicas;
- (2) **fortalecimento da equidade**, garantindo que crianças de contextos vulneráveis tenham acesso a serviços integrados de educação, saúde e alimentação;
- (3) **promoção da integração intersetorial**, com ações conjuntas entre educação, saúde, assistência social e cultura;
- (4) **valorização do projeto de vida e das capacidades socioemocionais** desde a primeira infância;

(5) **inovação curricular**, por meio de componentes curriculares que trazem: laboratórios de jogos, cultura, esporte e projetos que aproximem a escola da vida comunitária.

Essas vantagens são explicitadas no documento municipal que descreve a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral e nas portarias que orientam formação e apoio às unidades.

No âmbito do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a Lei nº 355/2025 assegura uma organização curricular que integra, de forma indissociável, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Base Municipal, conforme disposto no Anexo II. A matriz curricular da educação integral em tempo integral contempla as áreas do conhecimento previstas na BNCC — Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas — garantindo o desenvolvimento das competências e habilidades essenciais à alfabetização, ao letramento, ao raciocínio lógico-matemático e à compreensão crítica da realidade social e ambiental. Na área de Linguagens, são assegurados os componentes de Língua Portuguesa, Arte e Educação Física, compreendidos como fundamentais para o desenvolvimento da expressão, da comunicação, da sensibilidade estética e da corporeidade.

De forma complementar, a Base Municipal amplia o currículo por meio de componentes e práticas pedagógicas diversificadas, organizadas no Anexo II da lei, que visam aprofundar aprendizagens, fortalecer vínculos comunitários e promover o protagonismo estudantil. Essas atividades integram campos como práticas de leitura e escrita, educação ambiental, educação para a cidadania, cultura, esporte, projetos interdisciplinares e ações voltadas ao desenvolvimento socioemocional, respeitando as especificidades locais e o contexto sociocultural do Núcleo Regionalizado C. A distribuição do tempo escolar entre as áreas do conhecimento e os componentes da Base Municipal assegura equilíbrio entre os saberes adquiridos e as experiências formativas ampliadas, elemento central da concepção de educação integral adotada pelo município.

A implantação em contexto municipal passa por desafios que exigem atenção no PPP: necessidade de formação continuada para profissionais (professores, auxiliares, gestores), adequação da infraestrutura (espaços de convívio, refeitório,

salas multifuncionais), organização de horários e transportes, e mecanismos de acompanhamento e avaliação.

Considerando o perfil socioeconômico de Anguera — marcado por economia agrícola, forte presença de agricultura familiar e população em sua maioria residente em áreas de pequena/média densidade — o PPP do Núcleo Regionalizado C deve articular a política de tempo integral com a realidade local.

Isso implica organizar jornadas compatíveis com rotinas familiares, priorizar ações de segurança alimentar, promover formação sobre cuidado e saúde infantil integrada ao serviço escolar, e construir projetos que valorizem saberes locais (cultura, natureza, práticas produtivas). Ao fazer isso, a escola cumpre seu papel social e potencializa a função educativa da política municipal, favorecendo permanência e aprendizagem.

5.5. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A Educação Étnico-Racial, conforme estabelecido nas legislações e diretrizes educacionais brasileiras, é uma prática pedagógica fundamental para a promoção da equidade, da justiça social e da valorização da diversidade cultural no ambiente escolar.

Ela visa enfrentar o racismo estrutural por meio de ações educativas que reconheçam, respeitem e integrem os saberes, identidades e culturas dos povos negros, indígenas e de outras etnias historicamente marginalizadas no Brasil.

A Educação Étnico-Racial é respaldada por um conjunto de legislações e normativas que determinam sua obrigatoriedade e importância no sistema educacional brasileiro:

- Constituição Federal de 1988 - estabelece a igualdade de todos perante a lei (Art. 5º) e garante o direito à educação como forma de promoção da cidadania (Art. 205). Também assegura a valorização da diversidade cultural como princípio da educação (Art. 206, inciso III).
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) Modificada pela Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial. Posteriormente ampliada pela

Lei nº 11.645/2008, que incluiu também a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura dos Povos Indígenas.

- Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) - em seu Capítulo III, estabelece como direito da população negra a educação que promova a valorização da identidade étnico-racial e da cultura afro-brasileira.

- Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) - a Meta 8 e a Meta 20 do PNE destacam a necessidade de superação das desigualdades educacionais e o fortalecimento da educação que respeite e valorize a diversidade étnico-racial.

- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004) Estabelecem parâmetros para que as escolas brasileiras incluam de forma transversal o ensino da temática étnico-racial, promovendo práticas pedagógicas antidiscriminatórias.

A BNCC, homologada em 2017 para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e em 2018 para o Ensino Médio, reconhece a diversidade como um dos princípios orientadores da educação brasileira. Em seus preceitos gerais, a BNCC afirma o compromisso com:

- A valorização da diversidade étnico-racial, cultural, regional e linguística do Brasil;
- A promoção de uma educação inclusiva, equitativa e antirracista;
- A formação integral do estudante, com foco no respeito aos direitos humanos e à convivência com o outro.

A BNCC articula a temática étnico-racial em diferentes componentes curriculares, como:

- História: aborda a participação de negros e indígenas na formação da sociedade brasileira, destacando os processos de resistência e valorização das culturas africanas e ameríndias.

- Geografia: discute o território, os povos tradicionais e as relações sociais marcadas por desigualdades.

- Artes e Literatura: valoriza manifestações culturais afro-brasileiras e indígenas.

- Ensino Religioso e Ciências Humanas: reforça o respeito às diferentes formas de expressão cultural e religiosa.

Além disso, a BNCC estabelece competências gerais que reforçam o papel da escola na formação de cidadãos conscientes, como:

- Competência 1: Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural;
- Competência 5: Compreender, respeitar e promover os direitos humanos e a convivência com a diversidade;
- Competência 9: Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação. A educação das relações étnico-raciais deve perpassar todo o projeto pedagógico da escola. Não deve se limitar a datas comemorativas ou atividades pontuais.

Conforme Gomes (2012), trata-se de um compromisso político e pedagógico com a construção de uma sociedade antirracista, plural e democrática. Munanga (2005) destaca que o preconceito racial é aprendido e reproduzido socialmente, e a escola, ao silenciar ou invisibilizar as culturas afro-brasileiras e indígenas, contribui para sua perpetuação.

Por isso, o ambiente escolar deve promover: a formação crítica dos professores sobre racismo e diversidade, o uso de materiais didáticos que reflitam a pluralidade cultural, a valorização das identidades dos estudantes negros, indígenas e de outras etnias e o envolvimento da comunidade escolar em ações afirmativas.

A Educação Étnico-Racial trabalhada na escola pode promover a valorização das identidades afro-brasileiras, africanas e indígenas, combater práticas racistas e preconceituosas no ambiente escolar; fortalecer o currículo com objetos do conhecimento étnico-raciais de forma transversal e garantir formação continuada dos professores sobre diversidade racial.

5.6. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A educação antirracista é uma prática pedagógica que busca combater as desigualdades raciais e promover a equidade, valorizando as identidades étnicas raciais e desconstruindo estereótipos enraizados no cotidiano escolar. Ela vai além do reconhecimento da diversidade, propondo ações concretas de enfrentamento ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira. A construção de uma educação

comprometida com a igualdade racial tem respaldo em diversas legislações e normativas brasileiras e internacionais:

- Constituição Federal de 1988: em seu artigo 5º, estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. O artigo 206 garante a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996: modificada pela Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, sobretudo nas áreas de Educação Artística, Literatura e História.
- Lei nº 11.645/2008: amplia a obrigatoriedade do ensino para incluir também a História e Cultura dos povos indígenas, reforçando a pluralidade étnica do Brasil.
- Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010): assegura à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades e o combate à discriminação, sendo a educação um de seus eixos principais.
- Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014: estabelece, entre suas metas, a promoção da igualdade racial e superação das desigualdades educacionais, especialmente no que diz respeito ao acesso e à permanência da população negra e indígena.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004): orientam as instituições escolares quanto à implementação de práticas pedagógicas que contemplem a valorização da história e cultura afro-brasileira. Segundo Gomes (2012), a educação antirracista deve promover uma formação crítica que permita aos estudantes reconhecerem as formas de discriminação racial e desenvolverem uma consciência social transformadora.

Ela deve estar presente em todos os níveis de ensino, perpassando os objetos do conhecimento escolares, as relações interpessoais, a formação docente e o ambiente institucional. Munanga (2003) afirma que a valorização das matrizes africanas na constituição da identidade brasileira é fundamental para desconstruir o mito da democracia racial.

A escola, como espaço de formação de sujeitos, deve ser responsável por um currículo que contemple a diversidade e confronte os mecanismos de exclusão. A

nossa escola pretende construir uma prática pedagógica antirracista, através da revisão dos materiais didáticos e objetos do conhecimento curriculares à luz da diversidade étnico-racial, garantindo a formação inicial e continuada dos professores sobre as relações raciais, valorizando a identidade e a cultura afro-brasileira e indígena em atividades escolares e criando espaços de escuta, diálogo e acolhimento das experiências dos estudantes negros e indígenas.

No Núcleo C os professores, a gestão escolar e a coordenação pedagógica serão agentes fundamentais no combate ao racismo. Sua postura e formação influenciam diretamente na construção de uma escola inclusiva e respeitosa. É necessário que os docentes estejam comprometidos com a formação antirracista, que compreendam o racismo como uma estrutura social e não apenas como um ato isolado.

Já a gestão escolar tem o papel de garantir políticas institucionais que promovam a equidade racial, incentivando projetos, práticas e formações que enfrentem o racismo e promovam a justiça social. Apesar dos avanços legais, a implementação de uma educação antirracista ainda encontra entraves como a resistência de parte dos educadores, a falta de formação adequada e a escassez de materiais didáticos de qualidade.

Ainda há um longo caminho para superar a invisibilidade da população negra e indígena nos currículos escolares. Como destaca Silva (2017), é urgente que a educação brasileira assuma um papel ativo na superação do racismo estrutural e institucional, propondo práticas pedagógicas emancipadoras e inclusivas.

5.7. A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 e atualizada em 2022 para contemplar as competências digitais e o pensamento computacional, constitui-se como um marco orientador das aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da Educação Básica.

Em consonância com esse documento, o componente curricular Computação surge como uma área estratégica para a formação integral dos alunos, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, criativas e éticas relacionadas ao uso e à compreensão crítica das tecnologias digitais.

Nas escolas nucleadas, a inserção do componente Computação no Projeto Político-Pedagógico (PPP) representa um compromisso com a inovação, a equidade e a formação de sujeitos capazes de atuar de forma crítica e produtiva em uma sociedade cada vez mais mediada pela tecnologia.

O objetivo central dessa integração é proporcionar aos estudantes não apenas o domínio instrumental de ferramentas digitais, mas, sobretudo, o desenvolvimento do pensamento computacional, entendido como a capacidade de formular problemas e soluções de maneira lógica, sequencial e criativa, utilizando estratégias que podem ser aplicadas em diferentes contextos da vida cotidiana e acadêmica.

A BNCC define que a Computação deve articular quatro eixos estruturantes: Pensamento Computacional, Cultura Digital, Mundo Digital e Inteligência Artificial. Cada um desses eixos contribui para a formação de competências específicas. O Pensamento Computacional envolve a capacidade de decompor problemas complexos em partes menores, reconhecer padrões, abstrair informações relevantes e construir algoritmos para resolver desafios.

Já a Cultura Digital amplia a compreensão crítica do estudante sobre o papel das tecnologias na sociedade, abordando questões de segurança, privacidade, ética e cidadania digital. O Mundo Digital trata da compreensão dos sistemas computacionais e das redes de informação, possibilitando que o aluno compreenda o funcionamento da infraestrutura tecnológica que sustenta a comunicação e a informação global. Por fim, a Inteligência Artificial, como campo emergente, promove reflexões sobre automação, dados e tomada de decisão baseada em algoritmos, incentivando o olhar ético e humano diante dos avanços tecnológicos.

O Conselho Municipal de Educação (CME) aprovou o Complemento Computação ao Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) da rede municipal de ensino de Anguera. Essa aprovação consta na Resolução CME nº 03/2024.

No âmbito do PPP, o Núcleo Regionalizado C assume o desafio de implementar práticas pedagógicas que tornem o ensino de Computação significativo e contextualizado. Isso inclui o uso de projetos interdisciplinares, em que os alunos possam aplicar os conceitos computacionais para resolver problemas reais da escola e da comunidade.

A integração com áreas como Matemática, Ciências da Natureza e Linguagens fortalece o caráter transversal do componente, permitindo que o uso da tecnologia

seja uma ferramenta de construção de conhecimento, e não apenas um fim em si mesmo.

Outro aspecto relevante é a formação continuada dos professores, condição essencial para a consolidação do ensino de Computação. O PPP destaca a importância de capacitar o corpo docente para o uso pedagógico das tecnologias e para a compreensão dos princípios do pensamento computacional. Essa formação visa não apenas ao domínio técnico, mas também à reflexão sobre os impactos sociais, culturais e éticos da tecnologia na vida escolar e na sociedade.

Além disso, o documento reforça o compromisso da escola com a inclusão digital e o acesso equitativo às tecnologias, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas, possam participar das experiências de aprendizagem mediadas pela Computação. A escola busca, dessa forma, alinhar-se aos princípios da BNCC, que orienta uma educação democrática, inclusiva e voltada para o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas.

Por fim, a incorporação do componente Computação no PPP do reafirma a visão de uma escola que aprende, se transforma e se reinventa frente aos desafios contemporâneos. O ensino de Computação, enquanto direito de aprendizagem, é entendido como parte essencial da formação cidadã, preparando os estudantes para compreender e atuar no mundo digital de forma crítica, ética e criativa, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, informada e participativa.

A Portaria SEC nº 02/2026 estabelece normas para o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Anguera, com o objetivo de organizar, orientar e limitar sua utilização no ambiente escolar, preservando o processo de ensino-aprendizagem e a saúde física, mental e emocional dos estudantes.

De modo geral, o uso desses dispositivos pelos alunos não é permitido de forma irrestrita, sendo autorizado apenas em situações específicas, como em atividades pedagógicas previamente planejadas e autorizadas pela equipe escolar, em casos de emergência, para acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, ou para necessidades de saúde devidamente comprovadas.

A portaria também orienta as unidades escolares a promoverem ações formativas com os profissionais da educação, visando a conscientização sobre os

impactos do uso excessivo de telas e a identificação de possíveis prejuízos ao bem-estar dos estudantes. Além disso, determina que cada escola organize normas internas quanto ao uso de aparelhos eletrônicos pelos profissionais, assegurando que esses não interfiram no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Dessa forma, a Portaria SEC nº 02/2026 reafirma o compromisso da rede municipal com o uso responsável e pedagógico da tecnologia, em consonância com a legislação educacional vigente.

6. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O estudante precisa ter a garantia não somente do acesso à escola, como também facilitadas às condições de permanência e de sucesso. Espera-se, do aluno na escola, a consolidação de aprendizagens, respeitadas pelo ritmo individual de cada um, diante da diversidade que caracteriza o todo.

A assistência estudantil é um mecanismo utilizado pela escola para acolher, incluir, cuidar, educar, orientar, socializar, garantir aprendizagens e promover a formação integral. A mesma se define como um conjunto de ações, onde, em muitas delas a escola necessitará buscar apoio de políticas públicas educacionais junto à Secretaria Municipal de Educação e outras instâncias.

Por sua vez, a escola já se ampara nas ações de assistência estudantil, como parte integrante do Sistema Municipal de Ensino. As ações de assistência se tornam importantes aliadas na formação integral dos estudantes, pois garantem ao educando um melhor desempenho escolar.

Dessa forma, a fim de evitar a evasão escolar, as escolas que formam o núcleo regionalizado C, verifica com regularidade se há ausência de aluno na escola por mais de dois dias; detectadas essas faltas, a escola entra em contato, imediatamente, com os pais ou responsáveis pelo educando, ou até mesmo encaminha profissionais para se dirigir à casa do aluno faltoso e verificar o motivo da sua ausência na escola, adotando um diálogo para que o mesmo possa retornar o mais breve possível à escola. Essa ação caracteriza a Busca Ativa Escolar.

No ano de 2022 a Secretaria Municipal de Educação aderiu à ação Dia “D” da Frequência Escolar, que se torna um momento para monitoramento da frequência de cada aluno matriculado, e ao mesmo tempo a instituição busca proporcionar

atividades que tornem o ambiente mais atrativo aos alunos. E em dias atuais são claros os benefícios que essa mobilização traz ao fazer esse movimento de Busca Ativa intersetorial.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) de Anguera exerce um papel fundamental na garantia da qualidade e da transparência da merenda escolar nas unidades municipais. Criado pela Lei nº 076/2009, esse órgão possui funções consultivas, deliberativas, fiscalizadoras e de assessoramento junto ao Poder Executivo para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Ao acompanhar, por meio de visitas técnicas e análise de atas e planos de ação, desde os cardápios até as instalações das cozinhas escolares, o CAE assegura que os recursos sejam bem empregados, a comida oferecida seja adequada e os processos atendam às normas sanitárias e nutricionais. Esse controle social fortalece a participação da comunidade — pais, professores, representantes de entidades civis — e promove autoestima, saúde integral dos estudantes e maior envolvimento da sociedade no cotidiano escolar.

Já a Cartilha do Transporte Escolar de Anguera, presente nos acervos técnico-pedagógico da Secretaria, é um instrumento estratégico para promover a inclusão social, garantindo que todos os alunos — especialmente aqueles em áreas rurais ou com dificuldades de mobilidade — tenham acesso seguro e regular à escola. Esse guia orienta motoristas, estudantes, famílias e gestores quanto aos seus direitos e deveres: desde o cuidado com a manutenção dos veículos até práticas seguras de embarque e diálogo consciente entre todos os envolvidos.

A cartilha ganha força por meio de cursos presenciais realizados na comunidade escolar, que fomentam a comunicação, a confiança e a corresponsabilidade entre motoristas, estudantes, famílias e escola. Assim, o transporte escolar se consolida como um instrumento de justiça educativa, conectando direitos previstos na Constituição e na LDB com a vida concreta das crianças, jovens e adultos que transitam diariamente entre casa e escola.

Os princípios orientadores da assistência ao estudante vêm atender a demanda estudantil e tem por objetivo:

- ✓ Democratizar as condições de permanência dos alunos;
- ✓ Minimizar os efeitos socioeconômicos das famílias;
- ✓ Promover a inclusão social dos seus alunos.

Sendo assim, nossa escola com suas ações através de projetos e programas vêm ressignificando as condições sociais dos nossos alunos, buscando sempre uma educação de qualidade, possibilitando a eles uma continuidade de vida baseada na cidadania e valor morais e éticos.

São muitas as demandas que surgem no dia a dia escolar, por isso é necessário que os professores sejam participativos nos ACs e nas reuniões, demonstrando serem ativos nos projetos e atividades desenvolvidas na escola. Levar em consideração a condição da comunidade em que os estudantes estão inseridos, também deve ser papel do professor e demais funcionários, que a educação oferecida seja condizente com a realidade, tornando o processo de ensino e aprendizagem atrativo e eficiente para os estudantes, evitando, assim o processo de evasão escolar.

Falando especificamente dos alunos, percebe-se a alteração na forma como se comportam, adquirem e reagem aos serviços educacionais. Isso acontece devido às mudanças desencadeadas e impulsionadas por diversos fatores, tais como o avanço das tecnologias, a dinâmica do mundo moderno, o compartilhamento de informações em tempo real, as necessidades de adaptação, entre outras. Esse perfil conversa claramente com o perfil esperado do Professor.

No Núcleo Regionalizado C, o aluno protagonista configura-se como um princípio essencial previsto no Regimento Escolar Unificado — documento que norteia as normas e o cotidiano das escolas da Rede Municipal de Anguera, homologado em março de 2024 por meio da Portaria SEC nº 13/2024 e elaborado com ampla participação comunitária e do Conselho Municipal de Educação.

Dentro dessa orientação normativa, o estudante protagonista é aquele que assume responsabilidade ativa pelo próprio processo de aprendizagem e pela vida escolar.

Fonseca (1995) discorre que a aprendizagem pode ser encarada como um processo dinâmico, no qual o aluno joga em um papel ativo, em constante interação com o envolvimento com o grupo no qual está inserido. Logo, compreendemos a importância do aluno para escola, na verdade, esses sujeitos são os verdadeiros protagonistas das instituições de ensino.

7. A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

A formação continuada no Núcleo Regionalizado C constitui um eixo estruturante da política educacional do município de Anguera, entendida como prática permanente para garantir a qualidade, a equidade e a humanização do processo educativo. Instituída pela Portaria SEC nº 07/2021, o Plano de Formação Continuada em Atividade (PFCA) estabelece que todos os profissionais da educação — docentes e demais servidores — devem participar de processos formativos sistemáticos, articulados ao cotidiano escolar e voltados às dimensões técnica, pedagógica, comunitária e humana do trabalho educativo.

Essa perspectiva fortalece a compreensão de que o desenvolvimento profissional não ocorre à margem da escola, mas em diálogo direto com as situações reais do ambiente escolar, promovendo pertencimento, corresponsabilidade e prática reflexiva.

De acordo com o Regimento Escolar Unificado, homologado em 15 de março de 2024, a formação continuada integra o princípio da gestão democrática, ao envolver direção, professores, funcionários, estudantes e famílias na elaboração e execução do PPP e nas decisões que orientam a vida escolar. Nessa concepção, todos os segmentos da comunidade escolar são compreendidos como agentes educativos.

Assim, no âmbito do Núcleo Regionalizado C, a formação continuada alcança não apenas professores e gestores, mas também merendeiras, porteiros, auxiliares de serviços gerais, equipe administrativa e demais colaboradores, reconhecendo que cada um contribui para a construção de um clima escolar acolhedor, seguro e favorável à aprendizagem.

Essa visão ampliada reafirma que educar vai além da sala de aula: envolve mediar relações, criar vínculos, promover afetos, organizar ambientes e sustentar práticas coletivas que estimulam o aprender. A merendeira acolhe por meio da alimentação; o porteiro representa o primeiro contato de respeito e segurança; a equipe de limpeza assegura condições adequadas para ensino e saúde; e a equipe pedagógica media trajetórias e aprendizagens.

Quando todos participam da formação continuada, ampliam sua capacidade de agir conscientemente no espaço escolar, fortalecendo a escola como território de cuidado e de experiências significativas.

No campo prático, o PFCA estrutura formações modulares e semipresenciais, com carga horária de aproximadamente 60 horas, distribuídas entre 30 e 45 dias, abordando temas como políticas educacionais, BNCC/DCRB/DCRM, gestão democrática, inclusão escolar, saúde e segurança, competências socioemocionais e práticas pedagógicas contextualizadas ao campo.

Essas formações são planejadas pelas equipes pedagógicas e direções do Núcleo Regionalizado C, de forma articulada às demandas reais da comunidade escolar, garantindo pertinência temática e aplicabilidade imediata. Além disso, as escolas do núcleo utilizam momentos de Atividade Complementar (AC) para estudos internos, debates, rodas de reflexão e análises de práticas, promovendo aperfeiçoamento contínuo em serviço.

Assim, a formação continuada torna-se indispensável para que professores e demais agentes educativos compreendam e apliquem, em seu contexto de atuação, as competências e habilidades previstas nos documentos curriculares. Essa política formativa parte do pressuposto de que tanto estudantes quanto profissionais da educação devem aprender de maneira ativa, contextualizada e significativa, independentemente do tempo de formação de cada educador.

Em síntese, a formação continuada nas escolas do Núcleo Regionalizado C constitui um compromisso coletivo com a melhoria da educação pública, com a dignidade e valorização de todos os profissionais e com a construção de um ambiente escolar que educa em todas as dimensões. Ao integrar todos os agentes da escola em um programa orgânico e permanente de formação, o município fortalece uma cultura profissional colaborativa e humanizadora, consolidando a escola como espaço integral de aprendizagens, relações e desenvolvimento humano.

7.1. COMUNICAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA E ESCOLA/COMUNIDADE

Acredita-se que a família é a base principal da criança, fornecendo proteção, amor, conhecimentos e valores. Dessa forma, passa a ser a primeira a estabelecer contato de interação do indivíduo com o meio social, através das relações,

experiências familiares que são responsáveis para a formação do caráter dentro do âmbito familiar, escolar e social, pois é na família a primeira escola da criança, ficando o professor para dá continuidade nos aprimores da vida.

A comunicação com as famílias e também com a comunidade é importante para uma formação humana e cidadã. Porém, é um desafio construir e manter a parceria entre comunidade /escola /família. Visto que, a maioria dos pais vem colocando na escola uma carga que não pertence a mesma.

A escola deve ser entendida como um espaço de oportunidades de aprendizados, e não como uma continuidade da casa dos alunos, os papéis devem ser delegados a quem é de direito. Os pais precisam compreender esta transição e ajudar no crescimento dos seus filhos por meio de diálogos e da escuta, para entender como se dar o ensino-aprendizagem e contribuir com este.

Se a escola se torna uma extensão da residência do aluno, será uma forma de fragiliza-lo, isso deixa a criança sem as responsabilidades que lhe cabem. Um dos grandes pontos para criarmos essa parceria entre escola e família é entender que os desconfortos em certos momentos irão existir e que a comunicação é necessária para compreender a necessidade tanto das nossas crianças, quanto dos pais, e dará à escola a oportunidade de ver o que ela pode fazer a respeito disso.

E quando se compreende essa parceria quem ganha com isso primordialmente são os alunos, pois uma das funções da escola é gerar um espaço que pode propiciar grandes experiências e orientar os seus atores a compreender, o que é a vida escolar.

Neste sentido a gestão das escolas que compõe o Núcleo Regionalizado C, busca incansavelmente fortalecer a comunicação entre comunidade, pais e escolas visando o crescimento e fortalecimento do vínculo com todos os envolvidos. Os interlocutores do processo de comunicação entre escola, família e comunidade são: gestão, coordenação, professores e também os colaboradores que de modo geral visam amenizar os conflitos e as dificuldades de aprendizagem. Percebemos que na nossa escola os níveis de linguagens da família /comunidade são diversificados, pois contamos com pais escolarizados outros não. A escola se adequa a todos os níveis para que consiga manter a participação ativa dos pais na vida escolar dos seus filhos.

Paulo Freire afirma: “Ninguém luta contra as forças que não compreende cuja importância não mede cujas formas e contornos não discerne” (1979, p. 22). Logo, para que a família possa fazer a diferença no processo ensino e aprendizagem a escola promove momentos formativos com as famílias para que possam entender

como funciona a escola, as avaliações, os objetos do conhecimento as propostas de atividades propostas extraescolares.

Neste sentido, procuramos desenvolver nos alunos uma maior autonomia com a explicação prévia das atividades feita pelo professor antes de serem enviadas para casa, pelo fato dos pais não conseguirem orientar seus filhos devido ao nível de escolarização e outros por falta de interesse na vida escolar da criança.

Os canais de comunicação utilizados pelas nossas escolas do núcleo regionalizado C, para estabelecer essas relações são basicamente promovidas através da reunião de pais/responsável, plantão pedagógico, comunicação via telefone, diário, murais informativos, rede social (instagram e facebook) e Whatsapp.

As nossas escolas buscam criar uma relação de interlocução constante com seu entorno, com as famílias, buscando fortalecer a comunicação promovendo momentos de partilha, socialização da proposta pedagógica e momentos para discussão dos métodos de aprendizagem e dificuldades do aluno. Visando uma parceria que possa apoiar os alunos nas suas necessidades mais específicas.

Um dos princípios da valorização da escola é através da participação dos pais, com uma comunicação ativa e de forma clara, onde a escola não apenas comunica, mas ouve. Além de compreender que há novos arranjos familiares a escola procura estar preparada para inclusão, pois a escola é para todos, e quanto mais a família é presente na escolarização dos filhos, terão resultados escolares melhores.

Cabe ressaltar que o elo mais forte entre família e escola é a comunicação, e esta comunicação não poderá ter ruídos e a mesma deverá ser partilhada entre a escola e a família de forma direta para que esta empreitada pedagógica tenha como resultado uma educação de qualidade.

8. DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Embasado na lei máxima do nosso sistema educacional brasileiro a LDB (9.394/96), a qual delega aos sujeitos que fazem a escola acontecer, a oportunidade de construir um novo olhar na educação, dando-lhes a tarefa de elaboração do Projeto Político Pedagógico voltado para o que temos de mais importante no ambiente escolar o “aluno”. Porém, leis é ponto de partida, precisa que os indivíduos se apropriem delas

e busquem concretizar os discursos na prática, para que os avanços ou mudanças sejam alcançados.

O PPP é um planejamento global, um instrumento fundamental para o bom funcionamento da instituição escolar, pois ele abarca as necessidades da escola e procura detalhar coletivamente ações que venham solucioná-las.

Ele é político, porque envolvem diferentes tipos de pessoas (professor, alunos gestor, comunidade local e demais funcionários), é formulado em um espaço de discussões e decisões. É também um projeto pedagógico, porque está envolvido em situações específicas da área educacional, por cuidar de questões referentes à prática do ensino-aprendizagem, visando à melhoria da educação.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO À COMUNIDADE ESCOLAR



A construção do PPP não pode ser uma imposição, tão pouco como um fator sem fim, a elaboração deve ser pautada numa ação coletiva, onde prevaleçam as ideais de um todo visando consolidar uma escola pública com ensino-aprendizagem de qualidade.

Ao estudar a importância do projeto, é necessária uma integração entre o ensino- aprendizagem e à problemática do contexto social em que a sua clientela está inserida. Nesta linha de pensamento a escola precisa melhorar a relação entre equipe escolar e a comunidade, na intenção de dialogar e buscar articular ação almejando o rendimento escolar dos alunos. Neste pressuposto, projeto político pedagógico deve

ser resultado de processo coletivo-democrático da necessidade e desejo de se ter uma escola planejada, organizada e de qualidade.

O Projeto Político Pedagógico harmoniza o processo educativo com a realidade da escola, facilita a construção de uma autonomia dentro do espaço escolar despertando nos profissionais da educação e comunidade local a coletividade e o chamamento à responsabilidade para a importância do ato de educar.

A educação enquanto instrumento de formação da cidadania, como princípio norteador da política educacional e a escola como espaço formação dever ter uma visão crítica de todo processo educacional para intervir na intenção de potencializar o ensino-aprendizagem oferecido pela escola.

Segundo Vasconcellos, o PPP é um documento vivo que deve ser (re) elaborado de acordo as necessidades notadas no diagnóstico que evidenciem as lacunas do funcionamento da unidade educativa. Neste sentido, a escola deve estimular um maior comprometimento dos indivíduos com o processo educativo, buscando priorizar a educação com ações articuladas em favor de uma educação de qualidade e este processo favoreça a integração da escola com a comunidade.

O Projeto Político Pedagógico é uma construção necessária e que deve ser priorizado, pois a escola não vai conseguir desenvolver um bom trabalho sem conhecer o seu passado, refletir o seu presente, para projetar ações para o futuro visto que, a escola necessita melhorar a sua imagem, sua relação com o saber, tornar a escola um espaço de transformação social, onde o conhecimento seja uma conquista recíproca.

Para isso, se faz necessário mobilizar, provocar no seguimento escolar a consciência coletiva, pois somos todos capazes de opinar, imaginar, participar e fazer progredir as conquistas e as relações sociais de um determinado contexto.

O Projeto Político Pedagógico é um documento de extrema importância para a escola, pois se trata da sua identidade além de nortear e estabelecer critérios tanto para as questões pertinentes à administração quanto às pedagógicas. Por tratar-se de algo tão importante para a escola o PPP deve ser utilizado diariamente a fim de trabalhar com afinco as questões ali estabelecidas.

O nosso projeto foi desenvolvido de forma bastante criteriosa com a participação de toda a comunidade escolar através de reunião, entrevistas, pesquisas e a escuta, pois o PPP representa a possibilidade de mudanças norteadas por posicionamento ideológico, político e pedagógico estudado pelo coletivo escolar.

A implementação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) segue as diretrizes estabelecidas pela Portaria SEC nº 32/2025, publicada pela Secretaria Municipal de Educação. Tal portaria instituiu a constituição de uma Comissão Colaborativa especificamente responsável pela atualização e (re)elaboração do PPP do Núcleo Regionalizado C, envolvendo gestores, equipe pedagógica, professores e representantes da comunidade escolar.

Diretrizes Fundamentais:

1. Formação da Comissão Colaborativa

A Portaria orienta a composição da Comissão, assegurando a participação coletiva de segmentos-chave da comunidade escolar. Essa comissão é responsável por conduzir o processo de construção ou revisão do PPP, garantindo representatividade e transparência em todas as etapas.

2. Alinhamento com documentos normativos

O PPP deve estar articulado ao Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), ao Regimento Escolar Unificado e à política curricular vigente, assegurando coerência com as diretrizes pedagógicas e legais do município.

3. Ampliação da gestão democrática

O processo de elaboração do PPP deve operar sob princípios de gestão democrática, conforme previsto na legislação educacional e reforçado pela prática da participação ativa de todos os atores escolares — gestores, professores, estudantes, famílias e funcionários — em diálogo aberto e construção compartilhada

4. Cronograma participativo e formação continuada

A Secretaria deve fornecer um cronograma claro, com etapas definidas (diagnóstico, construção, audiência pública, revisão e homologação), com integração à Jornada Pedagógica e espaços de Formação Continuada alinhados às necessidades do PPP (como estudo, diagnóstico e socialização de resultados).

Esse conjunto de diretrizes garante que a elaboração do PPP no Núcleo C seja um processo vivo, democrático e fundamentado em documentos oficiais, reforçando a identidade da escola, a participação da comunidade e a qualidade educativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de nosso Projeto Político Pedagógico proporcionou muitas reflexões, interações e sentimentos variados. De início, um sentimento de incapacidade nos inundou. Medos, incertezas, idas e vindas e enfim, nos permitimos refletir de modo heterogêneo e global sobre o significado do nosso fazer pedagógico nas escolas do Núcleo Regionalizado C.

Certamente, essa construção nos deu a oportunidade de melhor conhecer o processo educativo como um todo e foram momentos de aprendizagens, onde todos estão sendo mobilizados a assumir suas responsabilidades diante das metas idealizadas, contribuindo com a construção da identidade da escola e cientes que toda comunidade escolar é responsável pelo o sucesso ou fracasso da instituição. Com essa postura terão um projeto com a cara da escola, com um ensino- aprendizagem de qualidade, com foco na formação de cidadãos críticos e conscientes do seu papel na sociedade.

O PPP possibilitou a criação de ações que venham sanar ou minimizar os aspectos notados nos espaços escolares que evidenciem as lacunas do seu funcionamento, para qualificar os serviços e avaliar positivamente o diagnóstico educativo. Ações estratégicas para a promoção da inovação no ambiente educativo, considerando todas as dimensões, visando nortear a prática pedagógica das unidades escolares, o aprimoramento do ensino-aprendizagem, tentando garantir o acesso e permanência dos alunos na escola.

O Projeto Político Pedagógico é um documento legal e importante, nele contém todas as informações sobre a escola e a comunidade local. Sabemos que ele não provocará mudanças de uma hora para outra, pois as mudanças serão alcançadas a partir da própria atitude da escola.

Neste contexto, é preciso despertar mais ainda na comunidade escolar a consciência coletiva, as pessoas precisam abraçar a educação como dever de todos, para que o ambiente escolar seja a cada dia um espaço de transformação social, onde o educando e o educador apropriando-se do conhecimento, possa desenvolver a liberdade político-econômica para poder modificar o seu entorno e quiçá a sociedade.

Podemos salientar que este trabalho foi uma atividade que possibilitou uma relação maior entre teoria e prática, sendo instrumento para obter mais conhecimento

e informação sobre o chão da escola. Pode-se constatar o quanto é trabalhoso construir o projeto político pedagógico, mas também, a dimensão da sua importância para o processo educacional.

É um planejamento que, evita improvisação, perda de tempo, serviço malfeito e deixa claro o que se pretende e o que deve ser feito para concretizar as metas. O Projeto Político Pedagógico deve ser um instrumento de diagnóstico e transformação da realidade escolar, as abordagens exploradas permitiram a análise mais aprofundada sobre os temas versados nesse documento.

Portanto, trabalhar na área da educação é construir vínculo, de confiança, afetividade e de compromisso. É ter atenção maior ao planejar, refletindo sobre as práticas e metodologias utilizadas, para saber estimular a curiosidade, a criatividade do educando. Os profissionais da educação em especial os professores, precisam ser comprometidos, pesquisadores, eternos estudantes, para criar novas perspectivas de trabalho.

Sendo assim, as escolas do Núcleo C primam por oferecer um ambiente educativo onde o indivíduo possa aprender e se desenvolver em todos os sentidos, através de uma educação acolhedora, desafiadora e mais humanizada.

REFERÊNCIAS

- A CRISE da teoria curricular crítica. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- ANGUERA. Bahia. Secretaria Municipal de Educação. *Proposta curricular referencial de Anguera para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental*. Anguera, BA: Secretaria Municipal de Educação, 2019.
- ARROYO, Miguel González. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? *Currículo Sem Fronteiras*, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2018.
- BRASIL. *Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2022.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. *Educação & Sociedade*, n. 79, p. 125-161, 2002.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 133-145.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. CNPq/UNESP, 2012. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- HORA, Dinair Leal de. *Gestão democrática na escola*. São Paulo: Papirus, 1994.

- LEITE, F. A. *Rumo da educação infantil no Brasil*. Revista *Teias*, Rio de Janeiro, 2005.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: Alternativa, 2004.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NIKITIUK, S. M. L. *Um processo coletivo de formação continuada pelos caminhos da história local*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SEGURA, D. de S. B. *Educação ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2001.
- SPÓSITO, Marília Pontes. Educação, gestão democrática e participação popular. In: BASTOS, João Batista (org.). *Gestão democrática*. Rio de Janeiro: DP&A; SEPE, 1999.
- ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Penso, 2014.